

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITO** -----

----- No dia 23 de Julho de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Maria Conceição Gonçalves, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Santos Madeira, Blasco Hugo Correia Fernandes, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Pereira Caeiro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Ana Maria Páscoa Baptista, Eduardo Manuel Reis Vieira, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, António Manuel Passos Rapoula,

João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Domingos José Chaves Alvarez, Rui Manuel Santos Matos Alves, João Gordo Martins, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, António Manuel Pimenta Proa, Vasco Luís Almeida Antunes, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, João Mourato Grave. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Aníbal Jorge Dias, António José Borges Gonçalves de Carvalho, Carlos Filipe Marques Lima, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, José Maria Valente, Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopes, Vítor Manuel Alves Agostinho. ----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro Barreto (PSD), por dois dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Prôa. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Francisco José Martins (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por dois dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira . -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por dois dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Belarmino Ferreira Fernandes Silva. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), por 30 dias, não tendo sido substituída. --

----- Modesto Navarro (PCP), por 8 dias, sendo substituído pela Deputada Municipal Ana Maria Páscoa Baptista. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 8 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques,. -----

----- Martinho Baptista (PCP), por 15 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel Reis Vieira,. -----

----- Isabel Castro (PEV), por dois dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Sérgio Lipari Pinto (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por João Mourato Grave. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Ana Sara Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, por Domingos José Chaves Alvarez, até ao dia 30 de Julho. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias (PSD), relativamente à presente reunião. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente às reuniões realizadas no mês de Julho de 2002. -----

----- Fernando Saraiva (PS), relativamente às reuniões realizadas nos dias 23 e 24 de Julho de 2002. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, informando, de seguida, que a eleição de um novo membro para o Conselho de Segurança – ponto 1 da Ordem de Trabalhos – resultava do facto do anteriormente eleito ter renunciado ao cargo, e que a mesma decorreria em simultâneo com a assinatura da lista de presenças. -----

----- Informou, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara não estaria presente no início dos trabalhos, sendo representado pelo Sr. Vice-Presidente, Carmona Rodrigues. -----

----- Seguidamente declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Manuel Costa**, morador na Calçada da Ajuda, nº 35, falando em nome da direcção da Associação de Protecção à Infância da Ajuda – APIA, disse que se tratava de uma instituição de solidariedade social com actividades de jardim de infância, creche e ATLS, sendo frequentada por cerca de 150 crianças e ocupando 22 trabalhadores. -----

----- Disse, depois, que a Associação desenvolvia as suas actividades na Calçada da Ajuda, nº 35, num edifício que foi ocupado em 1975. A partir daí decorreria um período litigioso para legalização da ocupação, que tivera várias fases, atravessara várias presidências de Câmara, e em 1984, na Presidência do Engº Nuno Kruz Abecasis, a Associação conseguiu que fosse elaborado um protocolo entre a Câmara e os antigos proprietários onde se reservava, na futura urbanização do local, as instalações da Associação. E, passado mais algum tempo, alguns projectos de urbanização foram apresentados, mas nenhum foi aprovado. Contudo, essas não aprovações não tinham nada a ver com a ocupação feita pela Associação mas sim com a natureza dos projectos apresentados, dado que a zona onde se iriam desenvolver era uma zona de construção difícil tendo em vista os aspectos históricos do local. -----

----- Posteriormente, em 1994, o edifício foi comprado por um novo proprietário, o Engº Alves da Silva, da Jardins de Belém Construções, que novamente accionara as acções de despejo. Nessa altura, com a intervenção do Dr. João Soares, foi estabelecido um acordo com o proprietário o qual se propusera construir as instalações da APIA na Travessa da Memória, junto ao Comité Olímpico, tendo sido apresentado um projecto para o efeito, projecto esse que passara recentemente no IPPAR e estava agora na Direcção de Urbanismo. -----

----- Porém, quando menos se esperava, o Engº Alves da Silva mandara executar a acção de despejo, que já datava de há mais de 20 anos, mas pensava a Associação que o Engº Alves da Silva mandara executar a acção porque o projecto de urbanização para o local não foi aprovado pela Câmara. -----

----- Portanto, estavam perante uma situação com a qual a APIA nada tinha a ver, mas a verdade era que existia um entendimento que tinha sido desfeito de uma forma

hostil, e, por isso, o que agora pretendiam era que a Câmara procurasse chegar a um entendimento com o proprietário ou, se isso fosse completamente impossível, procurasse colaborar no sentido de encontrar um novo espaço. -----

----- Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto acabado de expor. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que toda a Assembleia ouviu a exposição e procuraria junto da Câmara indagar o que se passava com a questão apresentada e posteriormente daria resposta. -----

----- **O Sr. António Pedro Fragoso de Matos Braga**, morador na Rua Cidade de Quelimane, 19-4º dtº, 1800-122 Lisboa, disse que a questão que vinha apresentar à Assembleia tinha a ver com o estacionamento de veículos pesados nos arruamentos do Bairro de Olivais Sul, onde reside. -----

----- Disse que para tentar caracterizar o problema procedera ao registo do estacionamento desse tipo de veículos nos dias 5 a 22 do corrente mês de Julho, entre as ruas Cidade de Quelimane e Cidade da Beira e as ruas Cidade de Quelimane e Cidade de Lourenço Marques, tendo constatado que nesses dias o número de veículos pesados, na sua grande parte TIRs, oscilava entre os 4 e os 14, sendo que em 15 dos 18 dias havia pelo menos 10 veículos lá estacionados. -----

----- Esse problema, segundo disse, parecia resultar apenas de três ou quatro empresas e estava a alargar-se a outras ruas do bairro, nomeadamente a Rua Cidade de Bolama, o Parque da Igreja Nova e a Rua Almada Negreiros, onde a situação era tão grave que, segundo o informaram, por vezes os veículos pesados estacionados de ambos os lados impediam a passagem de um veículo ligeiro por outro, sendo a situação agravada pelo facto de nessa artéria se situar o quartel dos bombeiros. -----

----- Depois de referir que alguns desses estacionamentos em locais proibidos ocorriam mesmo em frente e à vista da esquadra da Segunda Divisão da PSP, disse que esses mesmos estacionamentos, para além do perigo que representavam para a circulação, traziam também consigo problemas relativos à poluição sonora, atmosférica e visual, e ainda a destruição das ruas, passeios e jardins já que também estacionavam sobre os mesmos. Por exemplo, no que respeitava à poluição sonora o movimento desses veículos, durante noite, era por vezes tão grande que acordava os moradores. -----

----- Disse, ainda, que já comunicara o facto à Junta de Freguesia, que rapidamente lhe respondera, assim como participara na reunião do Executivo da Junta, realizada no passado dia 18, onde foi informado que este problema já ocorria há cerca de dois anos e que já tinha enviados ofícios, por várias vezes, à PSP e à Câmara Municipal de Lisboa, e que em meados do ano passado a Câmara informara que ia fazer publicar uma postura para resolver o problema. -----

----- Por outro lado, tendo ele próprio contactado a polícia telefonicamente, foi-lhe dito não dispor aquela Divisão de efectivos suficientes que lhe permitisse tratar das infracções de trânsito. -----

----- A terminar, solicitou o empenho da Assembleia no sentido da resolução do problema, que procura-se obter junto da Câmara uma informação sobre a postura

prometida à Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais e, ainda, que o informasse sobre o resultado das diligências efectuadas. -----

----- Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto exposto. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tentariam através da Comissão de Segurança analisar o problema. -----

----- **O Sr. José Alves**, morador na Rua Casal da Raposa, nº 23, 1400 Lisboa, falando em nome da Associação de Moradores e Amigos de São Francisco Xavier, leu uma extensa exposição, que entregou na Mesa, denunciando a destruição em curso de uma das mais importantes quintas da zona ocidental de Lisboa, ameaçada por um projecto de betão, concretamente a Quinta de Santo António, entre Caselas e o Parque Florestal de Monsanto, para onde a anterior Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo licenciara um gigantesco condomínio fechado, com o nome comercial de Villa Restelo. -----

----- Depois de historiar todo o percurso do projecto, solicitou que a Câmara mandasse efectuar nova vistoria ao local e fosse tempestiva e expressamente recusado o pedido de emissão de alvará de licença de utilização, cujo processo decorria no Departamento de Projectos Estratégicos, da DMPGU, e, ainda, que fosse imediatamente embargada a obra relativa ao edifício designado como Casa da Quinta, onde, segundo se lia no auto de vistoria de 18 de Janeiro de 2002, já estava instalada uma grua de média dimensão e outros equipamentos para a continuação da construção desse edifício. -----

----- Terminou a exposição referindo que esperavam que desta intervenção na Assembleia Municipal resultasse uma atitude concreta no sentido de se eliminar, jurídica e fisicamente, uma grande aberração urbanística contra a Freguesia de São Francisco Xavier e a cidade. -----

----- **O Senhor Presidente** disse se iria estudar o *dossier* e posteriormente se diria alguma coisa. -----

----- **O Sr. António Silva**, morador na Costa do Castelo, nº 60 – 5º, 1100 Lisboa, começou por dizer que morou na referida casa cerca de 40 anos, até 1999, vivendo lá agora apenas a sua mãe, uma senhora com 73 anos de idade, viúva e com a saúde muito débil, quase não se podendo locomover. -----

----- Referiu que a habitação em causa, bem como parte do edifício, carecia de obras há já cerca de 25 a 30 anos, mas a manutenção da habitação vinha sendo feita, única e exclusivamente, a expensas de sua mãe, já que o proprietário constantemente se negava a fazer quaisquer obras de vulto ou até mesmo de manutenção, sem contudo alegar qualquer justificação para o efeito. -----

----- Disse, depois, que já recorreram aos serviços do Gabinete Local da Mouraria, mas todos os pedidos feitos foram infrutíferos. Aliás, era até bizarro que algumas obras feitas no edifício tivessem sido apenas e só nos andares devolutos, deixando-se sem obras, ostensivamente, as habitações com inquilinos antigos. Essas obras foram apoiadas pelo aludido Gabinete, o qual, de resto, boicotara os pedidos de obras feitos por sua mãe, inclusivamente até o pedido de acesso ao programa RECRIA para inquilinos, e também a possibilidade da Câmara tomar conta da obra e fazê-la coercivamente. -----

----- Portanto, neste caso concreto o Gabinete Local sempre recusara ajuda, mas noutros casos tacitamente apoiava situações ilegais. -----

----- Em 1999 tiveram uma reunião com o então Vereador responsável, Engº António Abreu, que também não dera em nada, pelo que o seu objectivo, agora, era solicitar os bons ofícios da Assembleia Municipal de Lisboa para que a sua mãe pudesse ter uma habitação condigna como qualquer munícipe. -----

----- Disse, ainda, que a imagem da Câmara Municipal de Lisboa não podia ser maculada por meia dúzia de pessoas que consideravam seu feudo um Gabinete Local, porque os Gabinetes Locais foram criados para terem em atenção as necessidades dos munícipes e não para serem tráfico de influências e de interesses circundantes. -----

----- A terminar, disse que ficava a aguardar com toda a ansiedade o desenrolar deste assunto, já que desde 1994 ele vinha decorrendo na Câmara sem qualquer resultado prático. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que iria perguntar à Câmara o que se passava com o caso acabado de relatar, e posteriormente seria dada resposta. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que tinham sido admitidas e estavam já distribuídas as seguintes Moções. -----

----- **MOCÃO Nº 1** -----

----- “Atendendo que: -----

----- De entre as quatro funções clássicas do desenvolvimento harmonioso da cidade (habitação, trabalho, equipamento e circulação), as três primeiras apresentam, em Lisboa, um grau de satisfação crescente inserido numa dinâmica positiva que vem de há décadas, a última apresenta nos últimos tempos uma deterioração acelerada com graves consequências para os utentes da cidade. -----

----- Contribuem para esta situação: -----

----- 1. A ausência de uma efectiva política metropolitana de planeamento, -----

----- 2. A ausência de uma política de transportes que privilegie o transporte público em relação ao transporte individual privado, -----

----- 3. Uma visão meramente contabilista do problema por parte dos concessionários dos transportes públicos por vezes levada a efeito com o beneplácito das entidades responsáveis. -----

----- É significativa das consequências desta atitude a situação que enfrentam vastas áreas da cidade e camadas da população face à supressão de carreiras, limitação de frequência, encurtamento de percursos e necessidade de prosseguir com mudança de viatura, alteração de percursos ou ineficácia provocada em relação a algumas carreiras no sentido de justificar a sua desnecessidade, conforme se pode ajuizar pela breve resenha de problemas que se anexa. -----

----- Face ao exposto; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 23 de Julho de 2002: -----

----- Exige ao executivo uma tomada imediata de posição face aos receios da população de ver o seu quotidiano afectado por alterações de carreiras de transportes públicos unilateralmente decididas. -----

----- Faz um apelo para que o Executivo use de todo o poder de intervenção na matéria, rejeitando conviência com argumentos de pura rentabilidade financeira que se sobreponham à rentabilidade social que os transportes públicos devem assumir.” ---

----- (O anexo a que se refere a Moção fica devidamente arquivado, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia). -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Silva Dias, do PCP). -----

----- MOÇÃO Nº 2 -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- Adopção do uso de papel reciclado -----

----- “Considerando que o Estado, nos seus vários níveis e serviços, tem particulares responsabilidades na crescente aplicação das designadas boas práticas ambientais e no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade e cidadania, aferíveis não só pela prática mas também pelo exemplo, impõe-se que proceda de forma coerente com os princípios da política dos 3 Rs que enuncia, divulga e aos quais deu força de Lei. ---

----- Recordando que já em Fevereiro de 1995 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou uma recomendação – que em muitos serviços continua por cumprir – apresentada pelos eleitos em representação de “Os Verdes”, no sentido de que ‘nos vários serviços do Município os documentos fotocopiados o fossem, sempre que possível, em frente e verso’, demonstrando com o caso das convocatórias para as duas sessões anteriores a essa sessão, que com tal política poderia verificar-se uma redução do desperdício na ordem dos 35 a 40%. -----

----- Considerando a elevada quantidade de papel que os órgãos do Município de Lisboa diariamente consomem no funcionamento dos seus múltiplos serviços e tendo presente os impactos ambientais resultantes do processo de fabrico de papel (consumo de matérias primas – em particular, árvores – de energia e água) possíveis de evitar e/ou reduzir através da generalização da utilização de papel reciclado; -----

----- Considerando a evolução que nos últimos anos se tem registado – quer no que diz respeito aos meios técnicos (fotocopiadoras, impressoras, faxes etc.) quer no que diz respeito à própria qualidade do papel reciclado – que permitiu remover algumas barreiras quanto à utilização de papel reciclado e tornou a sua utilização inofensiva do ponto de vista da qualidade e do tempo de trabalho, como demonstra a experiência na Assembleia da República, que desde há cerca de 5 anos, utiliza, em todos os seus serviços, exclusivamente papel reciclado; -----

----- Considerando que os órgãos autárquicos de Lisboa, pelo seu peso e responsabilidade, deveriam assumir um importante protagonismo na modernização e inovação de medidas de indifarsável impacto ambiental positivo, prestigiando-se e constituindo-se enquanto referência e postura pedagógica junto das demais instituições e cidadãos; -----

----- Os eleitos em representação de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da presente recomendação no sentido de que a Câmara Municipal:-----

----- 1 - Passe a proceder à aquisição de papel reciclado e à sua crescente utilização nos serviços do Município, nomeadamente em materiais como actas, agendas, convocatórias, boletins, envelopes, edições, na produção/reprodução de documentos e no papel avulso em geral. -----

----- 2 - Proceda a uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos serviços acerca das razões pelas quais este procedimento deve ser adoptado.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Manso Pinheiro e José Ferreira, do PEV) -----

----- **MOCÃO Nº 3** -----

----- **RECOMENDACÃO** -----

----- “1) Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, aquando do início da reconstrução do Casal Ventoso aprovou uma recomendação no sentido de ser construída uma passagem aérea pedonal que ligasse os dois lados da Av. de Ceuta; ---

----- 2) Considerando que tal proposta teve o assentimento da Câmara Municipal e do Gabinete para a Reconstrução do Casal Ventoso; -----

----- 3) Considerando que até hoje, passados vários anos e já com as novas habitações construídas e habitadas tal passagem aérea ainda não foi executada; -----

----- 4) Considerando que os moradores da Quinta do Loureiro cortaram o trânsito na Av. de Ceuta no passado dia 18 de Abril de 2002, e nessa ocasião os representantes da Câmara Municipal de Lisboa, no local prometeram sessenta dias para executar tal passagem aérea; -----

----- 5) Considerando que perante a não realização de qualquer obra, os moradores da Quinta do Loureiro voltaram a protestar no passado dia 12 de Julho reclamando mais uma vez a construção de tal passagem pedonal; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de Julho de 2002, decide: -----

----- 1) Manifestar a sua solidariedade aos moradores da Quinta do Loureiro e saudar a sua determinação na exigência da concretização do que lhes tinha sido prometido; ---

----- 2) Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que esclareça esta Assembleia Municipal do que está a ser feito para a concretização da passagem aérea pedonal e para quando a sua concretização.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO Nº 4** -----

----- “1) Considerando a continuada necessidade de resolver as questões do estacionamento na Cidade de Lisboa; -----

----- 2) Considerando a necessidade de, na resolução das questões de estacionamento da cidade, atender à particular situação daqueles que moram e vivem em Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de Julho decide: -----

----- 1) Mandatar a Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, da Assembleia Municipal de Lisboa, para proceder a um estudo concreto sobre a instituição de um selo anual a fixar nos veículos dos residentes em Lisboa que permita

usar, sem custos, a rede de parques privados e municipais, entre as 8 horas da noite e as 8 horas da manhã, sendo que tal selo será facultativo e terá um custo anual de 25 euros, e não substitui nem colide com o selo gratuito que a EMEL hoje concede aos moradores para estacionarem na sua área de habitação; -----

----- 2) Que o referido estudo preveja como pode ser usado o fundo criado pela instituição deste selo para a criação de estacionamento de bairro para residentes e comércio local; -----

----- 3) Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa todos os dados de todos os parques de estacionamento na Cidade de Lisboa, nomeadamente: contratos de concessão, taxas de ocupação, custos de estacionamento; -----

----- 4) Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa todos os estudos dos parques de estacionamento quer em fase de construção, quer em fase de projecto; -----

----- 5) Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa todos os dados das taxas de ocupação e de rotatividade das áreas de estacionamento com parquímetros; -----

----- 6) Agendar um ponto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal, numa reunião do 4º trimestre, para debate das conclusões da referida Comissão e eventual votação de recomendações a apresentar à Câmara Municipal de Lisboa sobre o estacionamento dos moradores da Cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO Nº 5** -----

----- “O Governo anunciou que pretende privatizar a EPAL, ainda em 2002. -----

----- Considerando que se trata de um bem público estratégico, essencial à vida das populações, como é a água potável; -----

----- Considerando que a EPAL fornece a água para consumo dos munícipes de Lisboa; -----

----- Considerando que a sua privatização, colocaria nas mãos do capital privado/estrangeiro este bem fundamental e de elevada qualidade; -----

----- Considerando que o Município de Lisboa passaria a ter menos condições de intervir na política de preços, factor lesivo, pelas repercussões que iriam incidir na factura a pagar pelas populações; -----

----- Considerando que os órgãos do Município de Lisboa suportariam o ónus político dessa medida; -----

----- Considerando que a EPAL é uma empresa de serviço público onde foram investidos milhões de contos nos últimos anos; -----

----- Considerando que a EPAL gera lucros que ultrapassaram os 4 milhões de contos/ano; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 23 de Julho, decide manifestar ao Governo o seu profundo desacordo por tal medida e apela à Câmara Municipal de Lisboa que intervenha junto daquele órgão de soberania, defendendo a continuação da EPAL como fornecedor da Água ao Município de Lisboa. -----

----- Decide igualmente exigir que a EPAL se mantenha como empresa pública.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO Nº 6** -----

----- “Considerando que o Serviço Nacional de Saúde, apesar das suas insuficiências é o melhor instrumento e garantia da melhoria das condições e índices sanitários da população portuguesa; -----
 ----- Considerando que é fundamental garantir e defender o direito à saúde de todos os cidadãos em condições iguais; -----
 ----- Considerando que o estabelecimento de parcerias entre a Administração Pública e entidades privadas para a construção e exploração dos novos hospitais é o princípio da privatização do SNS; -----
 ----- Considerando que a criação de Entidades Públicas Empresariais (EPE) isto é, transformação dos Hospitais em empresas públicas (segundo o ministro serão 35) é o caminho para o desmantelamento do SNS; -----
 ----- Considerando que a nomeação do gestor hospitalar se tem baseado em critérios partidários e não de competência; -----
 ----- Considerando que a precarização do emprego dos trabalhadores da saúde, com o regime de contrato individual de trabalho, como regra, constitui um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores; -----
 ----- Considerando que a segurança no vínculo, o respeito pelas carreiras, a sua estabilidade profissional, são, entre outras, condições essenciais para a prestação de cuidados de saúde de qualidade; -----
 ----- Considerando que é falaciosa a questão do financiamento da saúde pública, como prova um estudo do BPI, revelando que o custo operacional anual de um hospital atinge 80% do investimento total, não tendo significado perante custos de exploração.-
 ----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 23 de Julho, decide manifestar ao Governo o seu profundo desacordo na aplicação das medidas citadas, prejudiciais aos portugueses especialmente aos munícipes da Cidade de Lisboa. -----
 ----- Exige a revogação destas medidas que conduziriam ao desmantelamento do SNS, e seriam indiciadoras de prejuízos para a saúde pública, para todos os trabalhadores, assim como da garantia de cuidados de saúde iguais para todos.” -----
 ----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO Nº 7** -----

----- “As Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, estão a atravessar um momento de extremas dificuldades, do ponto de vista financeiro. -----
 ----- É elucidativo destas dificuldades o facto de nalgumas Associações, estar ainda por pagar o seguro das viaturas, que deveria ter sido pago até 15 de Julho. -----
 ----- Noutros casos, a falta de pagamento de gasóleo pode constituir um sério risco de paralisação das viaturas, deixando de poder dar resposta aos muitos pedidos de socorro, por parte da população. -----
 ----- A retirada da proposta na reunião de Câmara do dia 10 de Julho, de atribuição de um subsídio de apoio às 7 Associações de Bombeiros Voluntários, está a criar sérias dificuldades às referidas instituições, pondo em causa, para além dos encargos já referidos, os salários dos Bombeiros, pelo que solicitamos à Câmara Municipal de

Lisboa que aprove rapidamente o subsídio prometido, e lhes envie o respectivo valor para que possam resolver o problema de imediato. -----

----- Apelamos ainda a que de futuro sejam encontradas medidas apropriadas de forma a evitar situações similares com os consequentes prejuízos para todos.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO Nº 8** -----

----- POR UM SISTEMA PÚBLICO, UNIVERSAL E SOLIDÁRIO DA SEGURANÇA SOCIAL -----

----- “As medidas recentemente tomadas pelo Governo PSD/CDS, no que concerne à Lei de Bases da Segurança Social, vêm pôr em causa um sistema público, universal e solidário que resultou de um longo processo de debate público; reuniu um amplo consenso social e político e culminou com a aprovação, na Assembleia da República, da Lei nº 17/2000, de 8 de Agosto, e que se designou Lei de Bases da Segurança Social. -----

----- Esta Lei necessitaria apenas de ser adequadamente regulamentada no seu todo, em cumprimento, quer dos objectivos nela expressamente inscritos, quer do Acordo sobre Modernização da Protecção Social, celebrado em sede de concertação social. ----

----- Importa relembrar o que tem sido amplamente afirmado, sobretudo por este Governo, que as Leis de Base da Segurança Social não são feitas para uma legislatura, mas para uma geração, o que torna ainda mais estranho que seja este mesmo Governo que produz esta afirmação, a propor simultaneamente a alteração de uma Lei tão recentemente aprovada. -----

----- O modelo inscrito na proposta do Governo visa reduzir o papel do Estado na garantia do direito à Segurança Social, em favor do desenvolvimento de um sistema complementar maioritariamente nas mãos das entidades privadas, gerido em obediência às regras do mercado, com todos o riscos que tal facto inevitavelmente acarreta em termos de garantia dos direitos de Segurança Social. Recordemos casos bem dramáticos como da falência da empresa ENRON, uma das maiores empresas de energia dos Estados Unidos da América que levou a que os trabalhadores ficassem sem emprego e sem a reforma a que tinham direito. -----

----- Trata-se de um modelo que põe em causa o principio da solidariedade porque diminui a capacidade redistributiva da Segurança Social; impõe o estabelecimento de limites contributivos que afectam, de imediato, a sustentabilidade financeira da Segurança Social pois tais alterações iriam provocar a redução de receitas, sem que houvesse eventualmente redução de despesas, durante dezenas de anos. -----

----- A introdução destes tectos contributivos (o plafonamento) constitui ainda um evidente benefício para as entidades patronais, porque permite que estas deixem de descontar partes significativas do que hoje são obrigadas a fazer, em relação a trabalhadores de salários mais elevados. -----

----- No que concerne ao estabelecimento do valor da reforma, somente o sistema público garante aos portugueses uma reforma certa, porque está definido na Lei o seu valor em função dos descontos efectuados, da idade e do período de descontos, enquanto que os fundos de pensões ficam dependentes da especulação bolsista. -----

----- E porque estamos perante uma matéria de relevante interesse nacional e com implicações profundas na vida de todos os portugueses, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida decide: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade da existência de um sistema de Segurança Social forte, universal e solidário; -----

----- 2. Manifestar o seu mais veemente repúdio por um modelo que pretende pôr em causa a solidariedade entre trabalhadores e gerações, bem como colocar o património construído pelos trabalhadores à mercê da gula do sector financeiro; -----

----- 3. Manifestar a sua discordância relativamente ao modelo inscrito na proposta do Governo PSD/CDS que visa pôr em causa a sustentabilidade futura do sistema e tem como objectivo essencial colocar em pé de igualdade o Sistema Público de Segurança Social com o Sistema Complementar caminhando para um sistema progressivamente privado; -----

----- 4. Dizer, NÃO, a uma Segurança Social para ricos e outra para pobres, exigindo que se retome o processo de regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social aprovada na Assembleia da República, no ano 2000 (Lei nº 17/2000 de 8 de Agosto); -

----- 5. Proceder à divulgação desta moção através dos órgãos de Comunicação Social;

----- 6. Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOÇÃO Nº 9** -----

----- “Considerando a importância que tem para a qualidade de vida a existência de uma boa rede de transportes públicos. -----

----- Considerando que é absolutamente fundamental que os transportes públicos satisfaçam as necessidades dos cidadãos, para possibilitar a redução do uso do transporte individual na cidade. -----

----- Considerando que é urgente iniciar um amplo debate público sobre a necessidade da restrição do uso dos automóveis particulares na Cidade de Lisboa, como forma de melhorar o ambiente urbano. -----

----- Considerando a ausência de uma política de transportes que privilegie o transporte público em detrimento do transporte individual, o que implica a existência de desfasamento entre a oferta e a procura. -----

----- Considerando que é fundamental que os órgãos autárquicos mostrem sinais, que não sejam contraditórios, do seu empenho na primazia aos transportes públicos, dada a importância social que devem ter. -----

----- Considerando que os órgãos autárquicos existem para tratar dos problemas que preocupam e afectam os cidadãos, numa procura constante pela melhoria da qualidade de vida. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1 – Recomendar à Câmara Municipal um acompanhamento, especial, de todas as situações em que se pretenda reduzir a oferta de transportes públicos na Cidade de Lisboa; -----

----- 2 – Promover a realização de um debate, sobre a necessidade de ser dada primazia ao transporte público na Cidade de Lisboa; -----

----- 3 – Promover um debate sobre a necessidade e a coerência, com uma política de primazia para os transportes públicos, do prolongamento do Túnel das Amoreiras.” ---

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

----- **MOCÃO Nº 10** -----

----- “Considerando a retirada da proposta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, da atribuição de subsídios aos bombeiros, no dia 10/7/2002; -----

----- Considerando que essa atitude prejudica a operacionalidade de todos os corpos de bombeiros, incluindo os sapadores; -----

----- Considerando que todos os bombeiros, são a primeira linha de intervenção nos sinistros da cidade. -----

----- Tendo em conta que Lisboa, merece ter uma eficácia na sua protecção e segurança a níveis médios altos; -----

----- Tenho a honra de propor em seguimento das reuniões e resoluções da Comissão de Segurança e Protecção Civil, o seguinte: -----

----- Que seja desbloqueado de imediato e urgentemente, a totalidade da verba para as associações de bombeiros voluntários, de modo a que a operacionalidade seja retomada; -----

----- Que o Município em acordo com todos os Corpos de Bombeiros, reequacione estrategicamente a localização de todos os quartéis da Cidade de Lisboa, de modo a servir a população em condições de segurança ideal. -----

----- Que se comprometa o Município a construir, quer com verbas do Estado central quer com verbas próprias, novos, operacionais e condignos aquartelamentos, de modo a que estes equipamentos nos locais onde forem situados, sirvam, não só operacionalmente a cidade como cultural e desportivamente a mesma; -----

----- Que o seguro de todas as viaturas dos bombeiros seja transferido e integrado na frota do RSB e suportado pelo Município, aliviando assim as associações de bombeiros voluntários; -----

----- Que o Município aumente actualizando os prémios de seguro dos bombeiros em serviço, com a dignidade que a capital do país deve ter, ou seja a primeira entre as primeiras. -----

----- Que o combustível das viaturas dos bombeiros da cidade seja suportado pelo Município. (atestando como agora já o fazem com a ambulância do SOEL/RSB, nas bombas existentes no RSB). -----

----- Que o Município, ofereça uma viatura de combate a incêndios e uma Ambulância novas às 7 corporações de bombeiros voluntários (lembro que a última oferta de material novo remonta a 1992). -----

----- Que se estabeleça um protocolo, justo e perfeito (para as 3 partes: Município, bombeiros e população, de modo a que todo o material e bombeiros seja aproveitado a 100%, protocolo esse que poderá permitir vistorias, e todas as inerentes acções que tanto os Bombeiros Sapadores e voluntários estão aptos para fazer. (operacionalmente mais acertado, e com menos custos para o Município, sendo uma fonte de

financiamento para os voluntários, e que libertaria mais sapadores bombeiros para saírem nas viaturas aquando da ocorrência dos sinistros. Neste momento saem muito aquém da guarnição que legalmente está estipulado). -----

----- Que à semelhança de alguns municípios, como é o caso de Loures, o Município de Lisboa suporte as despesas de água e electricidade. -----

----- Que o subsídio a atribuir às corporações de bombeiros, seja faseado, em vez de duas tranches, seja mensal, o que permitirá as corporações fazer face aos profissionais que nela trabalham durante o dia.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão, do PS) -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de se iniciarem as intervenções, deu conhecimento à Assembleia, nos termos da lei, da declaração de incompatibilidades apresentada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, António Carmona Rodrigues, nos termos que a seguir se transcreve: -----

----- “Tendo em 10 de Junho de 2002 sido designado pela Câmara Municipal de Lisboa administrador não executivo da VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (NORTE), S.A., cumpre-me, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 6º da Lei nº 64/93, de 26 de Agosto, proceder à comunicação de exercício de actividade e ao depósito de declaração complementar de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o movimento associativo, de raiz popular, do Concelho de Lisboa vinha protestando contra a actuação do novo Executivo municipal. Os protestos choviam de todo o lado: da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que se queixava da insuficiência ou mesmo ausência de apoios ao Dia Nacional das Colectividades; aos Jogos Tradicionais das Colectividades/2002, realizado no Parque das Nações; à Corrida da Liberdade, que era uma organização conjunta com a Câmara; e da falta de resposta aos pedidos de audiência ao Vereador do Desporto e ao Presidente da Câmara, feitos há meses e que ainda não obtiveram qualquer resposta. -----

----- Por outro lado, havia também protestos da recém-criada Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, cujo coordenador há já algum tempo interviera na Assembleia Municipal, no período destinado à intervenção do público, chamando a atenção para o facto de ainda não lhe ter sido concedida uma sede nem a sua direcção ter sido recebida. Essa Associação, que organizara, recentemente, a VI edição da Festa das Colectividades no Mercado da Ribeira, que contara com a participação de mais de 100 colectividades e constituíra um êxito, afirmava também que a Câmara começara por prometer apoiar a iniciativa mas depois só levantara problemas e que a festa só se realizara devido à carolice dos seus dirigentes. -----

----- Mas não eram só as colectividades que protestavam! Também algumas Juntas de Freguesia, como era o caso da Charneca e da Ameixoeira, escreveram ao Vereador Pedro Pinto manifestando-lhe preocupação pela falta de apoio às colectividades da zona. -----

----- Em suma, as críticas choviam de todo o lado, os dirigentes associativos levantavam a sua voz e não se conformavam com o abandono a que vinham sendo

votados pelo Executivo municipal. Diziam mesmo que algumas colectividades corriam o risco de fechar se não lhes fossem concedidos apoios. -----

----- Seguidamente, disse que sabia que o Presidente da Câmara conhecia os clubes de Lisboa, tinha sido até Presidente de um deles. Ainda recentemente o Executivo concedera milhões de contos apenas a dois, mas perguntava-lhe se conhecia as pequenas colectividades de Lisboa e quantas já tinha visitado desde que era Presidente. Elas eram mais de quatrocentos e tinham milhares de dirigentes que com o seu trabalho voluntário e gratuito prestavam um serviço público de proximidade às populações nos planos desportivo, social e cultural, contribuindo, assim, para humanizar os seus bairros e dar vida à cidade. Elas precisavam do apoio da Câmara, se lhes fosse dado apenas um décimo ou um vigésimo do apoio que tinha sido dado ao Benfica e ao Sporting elas não teriam problemas. -----

----- Mas esse apoio não deveria ser dado de forma arbitrária. O anterior Executivo concedia-o com base em critérios que foram definidos entre a Câmara e as colectividades e obedecia a um processo de candidaturas. Este ano, porém, esse processo ainda não tinha sido aberto e, segundo referira o Vereador Pedro Feist, não viria a sê-lo, o que lamentava porquanto tal poderia dar aso a que viessem a ser concedidos apoios através de critérios políticos. -----

----- Por fim, apelou à Câmara que, no interesse da população de Lisboa, mantivesse os apoios às colectividades que o anterior Executivo lhes concedia, porque eles eram necessários para as suas actividades; que cedesse instalações à Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa para a sua sede; que apoiasse a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, instituição que tem realizado um trabalho importante na dinamização do movimento associativo a nível nacional, e, sobretudo, que ouvisse os dirigentes das colectividades, que fosse visitar algumas e lhes transmitisse palavras de incentivo. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente à construção de uma travessia aérea na Av. de Ceuta, disse que a intenção era boa já que estava correlacionada com a defesa das populações, sobretudo no que dizia respeito à sua segurança, por conseguinte era uma infra-estrutura fundamental. -----

----- No entanto, dado que a Câmara já tinha decidido resolver a situação e mesmo prometido à população que dentro de três meses estaria lá a passagem aérea, entendia o PSD que era inoportuna, ou pelo menos extemporânea, a apresentação da aludida Moção. De facto, nesta altura, não percebiam qual o encaixe político que ela pudesse enquadrar em termos de intenção dado estar ultrapassada no tempo. -----

----- Mas, apesar disso, porque ela traduzia um sentimento que correspondia aos anseios de todos, já que visava a segurança das pessoas, o PSD iria votá-la favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Napoleão (PS)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sou Jorge Napoleão, honrosamente eleito pelas listas do PS. -----

----- Inteligência mediana. -----

----- Aqui está uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara, que usou para classificar os bombeiros voluntários, e que na minha modesta opinião, devia figurar no livro ‘O melhor do mau humor’. -----

----- Venenosa, descabida, sem provas, ofensiva e de um mau gosto atroz, foi esta afirmação. -----

----- Camões, utilizou várias figuras de estilo na sua poesia entre elas, esta: a metonímia (ou seja tomar o todo pela parte ou a parte pelo todo), e V. Exa. talvez querendo imitar o grande poeta, utilizou-a no pior dos sentidos contra a melhor das gentes. -----

----- O que V. Exa. não sabe nem sequer pressente, é que Lisboa tem nos seus bombeiros voluntários da Cidade Lisboa a mão de obra mais barata do País. -----

----- Além de não receberem salário, ainda pagam para estar ao serviço da população da Cidade de Lisboa. -----

----- Situação que já não acontece nos outros municípios, onde os bombeiros tem ajudas ou para alimentação ou de outro tipo (é a diferença entre as autarquias que cumprem a sua obrigação, cumprindo a lei e não discriminando ninguém). -----

----- Numa época de tantos cortes orçamentais, como não se pode equacionar esta mão de obra gratuita? -----

----- Afinal tem razão quem diz que os cortes orçamentais são cegos, só têm em conta os números e desprezam as pessoas. -----

----- Sr. Presidente, as mulheres e homens que hoje em Lisboa fazem parte dos bombeiros (e que muitos votaram em si, ou seja são seus eleitores, eles e as suas famílias) são: médicos, operários, engenheiros, motoristas de táxi, professores de línguas, licenciados em economia e gestão, motoristas de autocarro, estudantes universitários, trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, políticos, funcionários públicos, autarcas, etc. -----

----- Com uma experiência e um saber da vida que está muito longe, tenho a certeza, da inteligência mediana, e que têm opinião. -----

----- Quando V. Exa. assim apelidou os bombeiros, fê-lo transversalmente por todas as profissões e por todas as camadas da população. Resumindo, chamou à população de Lisboa, uma população de inteligência mediana ... tendo utilizado os seus bombeiros para isso e colocou assim mais uma acha na fogueira que muitos querem bem alta na extinção do voluntariado na Cidade de Lisboa. -----

----- Para quem é o edil que dirige a cidade foi uma excelente jogada política, brilhante diria mesmo. -----

----- Citando o Sr. Padre Fanhais, nos versos de Sophia de Mello Breiner: ‘Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar’. -----

----- Vemos, ouvimos e lemos, que esta sociedade cada vez mais individualista e egoísta, em que o cidadão conterrâneo cada vez é mais desprezado. -----

----- Não podemos ignorar que existem Mulheres e Homens, que sacrificando o conforto e segurança dos seus lares vão para os seus quartéis para estarem alerta e saírem ao primeiro minuto para todo e qualquer sinistro. -----

----- Sabemos que todos só apelam para Santa Bárbara quando há trovoadas, e pode V. Exa. crer que mais tarde ou mais cedo, por este andar ela virá aí ... esperemos estar cá para ver. -----

----- Ao contrário do que querem fazer crer, estes homens e estas mulheres, estão tão aptos como qualquer outro bombeiro voluntário ou sapador, para todo e qualquer sinistro. -----

----- Os bombeiros voluntários da Cidade de Lisboa, são tão aptos e abnegados como os voluntários de outra qualquer parte do País. -----

----- Como pode o Sr. Presidente abrir as hostilidades contra os Soldados da Paz, pela ninharia de cerca de 300.000 euros e 450.000 euros para remedeios nos quartéis. -----

----- Por 160.000 contos ... a dividir por 7 corporações ... terá valido a pena? Será que vale a pena continuar com o braço de ferro? Será que por essa ninharia valerá a pena continuar a reter nos cofres da Câmara Municipal o nosso dinheiro? -----

----- O Senhor já transferiu com certeza verbas mais avultadas a outras associações, e algumas, sabemos que o fez por pressão de *lobbis* ... como é o por exemplo o caso da ILGA e afins (essas sim, associações de reconhecido mérito e abnegação, sabemos o serviço que prestam à generalidade da população de Lisboa). -----

----- A sua recusa de transferir ou atribuir qualquer subsídio, ou melhor a esmola, para as corporações dos Bombeiros Voluntários, implicou que mais uma vez os directores das associações para conseguirem manter a operacionalidade no mínimo, para fazer face às solicitações de emergência da cidade, tiveram de pedir avales bancários. -----

----- Saiba V. Exa. que o seu desconhecimento o levou a afirmar que os directores dos corpos de bombeiros não faziam avales pessoais, quão injusta e deturpada foi essa afirmação. -----

----- Se Lisboa ainda vai tendo novas e modernas ambulâncias a estes senhores o deve, e não sabe V. Exa o quanto. Parafraseando W. Churchill, nunca tantos deveram tanto a tão poucos. -----

----- Mas vai sendo difícil, continuar a estarem ao serviço, assim deste modo ao serviço da população incluindo o ilustre Presidente. -----

----- V. Exa, como ilustre jurista, me poupará ao trabalho de dizer quais são as consequências para o director que assina se não pagar o aval pessoal. -----

----- Saiba V. Exa que os bombeiros não se manifestaram mais cedo porque têm o sentido da responsabilidade, não querem colocar em risco a operacionalidade e a segurança da cidade, tinham e têm medo que as verbas lhes fossem cortadas (é pena que não se saibam mexer politicamente, são crédulos, senão a situação já estaria resolvida). -----

----- A atitude de V. Exa. comprometeu seriamente a operacionalidade dos bombeiros. Não queira V. Exa. escudar-se nos Sapadores Bombeiros (eles também apanhados em fogo cruzado ...), pois apesar de nunca ter ficado nenhum fogo por apagar os elementos que estão a sair nas viaturas não são os mínimos exigidos na ordenança. ----

----- Afirmou que a Câmara Municipal de Lisboa não precisa dos bombeiros voluntários pois tem os sapadores, V. Exa. afirma isso de ânimo leve, porque quem o

aconselha tem um desconhecimento profundo do que se passa, como se os bombeiros quer voluntários quer os sapadores não existissem senão para servir todos. -----

----- Devo lembrar-lhe que no último incêndio dos Paços do Concelho estavam presentes nas instalações do Município dois bombeiros, um deles por puro acaso era eu, e por acaso fui eu o primeiro bombeiro a chegar ao fogo, só que quando quis combater o sinistro, além da mangueira estar velha e rota, não havia água na boca de incêndio, (ora para quem tem bombeiros próprios que deviam fiscalizar as instalações da Câmara Municipal de Lisboa e as outras, não está mau, ou será que em casa de ferreiro), depois, bem depois ... tiveram de chamar os sapadores e voluntários da cidade ... e os voluntários dos arredores ... isto para não me referir ao Chiado. -----

----- Mas, saiba V. Exa. que além de bombeiro, sou um autarca responsável, e como tal tenho de ter todas as opções sempre abertas. -----

----- Por isso afirmo que o actual estado das coisas não pode continuar. -----

----- Temos o dever de tratar os nossos bombeiros, quer voluntários quer sapadores, com mais atenção, com mais carinho, com mais inteligência, para depois podermos exigir. -----

----- Assim, e como homem sensato e de bem que sou, sensível às necessidades da segurança da população de Lisboa, estou pronto a esquecer todas as considerações e as inverdades que foram proferidas por V. Exa. deixando aqui várias propostas à Câmara Municipal de Lisboa, que são ao mesmo tempo um desafio, e que constam da Moção que apresentei: -----

----- Como a matéria é extensa e melindrosa, tem Sr. Presidente, se assim o entender, a minha disponibilidade para colaborar e mediar todos estes conflitos e futuras propostas, com o único objectivo que todos nós, população de Lisboa, tenhamos neste campo mais e melhor segurança.” -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que depois de ouvir a intervenção do Deputado Municipal Feliciano David sobre a política camarária quanto às colectividades de cultura e recreio, assaltava-o a dúvida, certamente por ignorância sua, de saber qual era, e se existia, a diferença entre a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e a Associação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio, quer quanto aos objectivos, quer quanto às competências, quer quanto ao quadro legal que lhe estava subjacente. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, depois de lamentar que um Deputado Municipal desconhecesse como este tipo de coisas funcionava, disse que a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, tal como o nome indicava, abarcava todas as colectividades do País. Ele próprio já tinha sido Presidente dessa instituição e nessa qualidade, tal como outros dirigentes, andara pelo País. Contudo, a estrutura do movimento associativo estava a ser organizada, a nível nacional, no sentido de se criarem federações em todos os Distritos e depois a actual Federação passará a designar-se por Confederação, o que, no entanto, ainda não estava concretizado. Mas essa estruturação, que muito iria enriquecer o movimento associativo nacional, era

indispensável para que o movimento associativo tivesse força e fosse ouvido como merecia. -----

----- Naturalmente, a Associação do Concelho de Lisboa fazia parte dessa estrutura, as organizações concelhias organizavam-se em federações distritais que por sua vez se integravam numa Confederação, pelo que a Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, que agregava centenas de colectividades que tinham muitas questões em comum e muitas sinergias a aproveitar, neste momento estava constituída e o Município deveria dar-lhe todo o seu apoio, como, aliás, davam outros municípios do País, por exemplo Almada, que era considerada a capital do associativismo, e também o Seixal que já tinha a sua Associação constituída. Infelizmente a de Lisboa foi das mais tardias mas estava já constituída e precisava agora de uma sede. -----

----- **O Deputado Municipal José Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta que hoje apresentavam vinha na sequência de uma outra também apresentada pelo PEV e aprovada pela Assembleia, que pretendia a utilização da frente e verso nos documentos fotocopiados. Tanto essa como esta referente à adopção do uso do papel reciclado, eram propostas que visavam a aplicação efectiva da política dos três Rs. ----

----- As vantagens da reutilização do papel eram muitas, mas apenas referia três: a diminuição de 95% da contaminação da água da atmosfera e da produção de alimentos sólidos; a diminuição de 30% do volume de resíduos sólidos urbanos produzidos; e a economia de 35% de água e 64% de energia. -----

----- Recordou, a terminar, que para produzir uma tonelada de papel reciclado poupava-se, em relação ao papel virgem, de 15 a 20 árvores, 400 metros cúbicos de água e 500 kws/hora de energia, pelo que, tendo presente a elevada quantidade de papel que os órgãos municipais diariamente consumiam no funcionamento dos seus múltiplos serviços, a sua generalizada utilização teria um impacto ambiental muito positivo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por aludir a uma intervenção feita no período destinado à intervenção do público pelo representante da Associação de Protecção à Infância da Ajuda, pedindo a atenção do Sr. Presidente para esse problema porquanto se tratava de uma instituição que tem prestado relevantes serviços à cidade, nomeadamente no apoio que deu e continuava a dar a muitas centenas de crianças, mas que neste momento estava em risco de pura e simplesmente ficar sem sítio para pôr crianças. -----

----- Portanto, chamava a atenção quer do Sr. Presidente da Assembleia, quer do Sr. Vice-Presidente da Câmara, porque um processo como este não poderia ser conduzido através dos circuitos normais da Câmara, já que se entrar nesse circuito normal quando vier a ser resolvido já não existirá essa Associação. -----

----- Seguidamente, referindo-se à Moção que apresentaram sobre os parques de estacionamento, disse que ela resultava de um estudo feito durante a campanha eleitoral com a participação de vários técnicos. Ele fizera, aliás, parte do programa do Bloco de Esquerda, e tinha a ver com uma das muitas medidas que era preciso tomar para ajudar a resolver os problemas de estacionamento, sobretudo porque tinham a noção que a maioria dos parques de estacionamento, sobretudo os subterrâneos,

passavam a generalidade das noites, principalmente os públicos, quase vazios. Pensavam que era possível encontrar alguma solução que ajudasse os moradores, nomeadamente para se resolver um problema estratégico mais geral que era o de haver parques de estacionamento nos bairros residenciais. -----

----- No entanto, entendiam que era uma proposta que não se podia fazer de ânimo leve, pelo que, de acordo com a decisão da Conferência de Líderes, retirava a Moção e solicitava ao Sr. Presidente, para ser mais fácil para toda a gente, que mais ou menos de acordo com o seu conteúdo fosse oficiado à Comissão Permanente respectiva para estudar o assunto, que fossem solicitados à Câmara esses estudos já que eram precisos dados objectivos, e que, posteriormente, quando já houvesse um estudo sério sobre o assunto, a Conferência de Líderes agendasse a matéria. O objectivo do BE não era apresentar propostas para ficar com uma bandeira para ir lá para fora dizer à comunicação social que apresentaram uma proposta que a Câmara ou que a Assembleia rejeitaram, mas sim apresentar propostas concretas e positivas para ajudar a melhorar a cidade. -----

----- Quanto à Moção sobre a passagem aérea da Quinta do Loureiro, disse que ela era clara, mas, de qualquer maneira, desejava dizer ao Deputado Municipal que questionara a razão porque apresentaram esta Moção depois da Câmara ter já prometido fazer essa passagem, que trouxeram esta Moção depois do segundo corte de estrada feito na zona. No primeiro corte de estrada a Câmara prometera que ao fim de 60 dias a passagem estaria feita, e nessa altura não apresentaram nenhuma Moção, esperaram 60 dias! Agora, feito o segundo corte de estrada, apesar da Câmara ter voltado a prometer, como aliás prometera também a Vereação anterior, o próprio Dr. João Soares prometera várias vezes, o antigo Presidente do Conselho de Administração do Gabinete do Casal Ventoso, com quem falara pessoalmente, também várias vezes prometera que iam fazer, mas o que era certo é que iam de promessa em promessa e até hoje essa passagem aérea continuava por fazer. -----

----- Portanto, sabiam que estava prometida, sabiam que tinha sido dito que seria feita num determinado prazo, mas era importante que se tomasse posição, mais uma vez, na Assembleia Municipal. -----

----- Rematou dizendo que as restantes moções seriam todas votadas favoravelmente pelo Bloco de Esquerda. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, nos termos propostos pelo Deputado Municipal Carlos Marques, a Mesa faria um despacho no sentido da Moção sobre os parques de estacionamento baixar à Comissão para fazer um relatório e posteriormente a Moção regressava acompanhada do relatório da Comissão para ser agendada num ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que tinha sido enviada uma carta pelo Sr. Presidente da Assembleia ao Grupo Municipal do PSD, relativa a uma intervenção produzida pela munição D. Rita da Conceição Teles, no período de intervenção do público da Sessão realizada no dia 18 de Junho passado, durante a qual a referida munição relatara as dificuldades que tinha na casa onde morava com a família, e também das restantes famílias que como

ela habitavam na Vila Teixeira, Calçada da Tapada, nº 144, pelo que solicitava ao Sr. Vice-Presidente da Câmara se numa oportunidade posterior, já que neste período não podia usar da palavra, poderia dar qualquer esclarecimento sobre essa matéria. -----

----- Relativamente às moções apresentadas, disse que a nº 1, do PCP, e a nº 9, do PS, que se referiam às carreiras de autocarro que poderiam vir a ser canceladas, o PSD entendia que era de todo importante que os municípios de Lisboa tivessem os transportes o mais facilitados possível, e com certeza algumas dessas carreiras, senão todas, fossem mantidas para bem da mobilidade dos lisboetas, pelo que, naturalmente, o PSD iria corroborar a posição do PCP e do PS votando favoravelmente as duas moções, mas informando desde já que a Câmara estava a trabalhar nessa matéria, se bem que não tivesse uma influência directa na gestão da carris que, como se sabia, era uma empresa pública e não municipal. -----

----- Sobre a Moção nº 2, apresentada pelo PEV, disse que o PSD estava de acordo que se utilizasse o papel reciclado, embora alguém dissesse que o papel reciclado ficava mais caro que o outro. Não sabia se ficava mais caro ou não, mas como era um aproveitamento de desperdícios, o PSD, até porque se tratava de uma recomendação, também a votaria favoravelmente. -----

----- Em relação à Moção sobre a passagem pedonal da Quinta do Loureiro, disse que se tratava de uma promessa antiga, uma promessa do anterior Executivo, mas estava convencido que rapidamente iria ser construída essa passagem pedonal para segurança das pessoas que transitavam na Av. de Ceuta, pelo que o PSD igualmente votaria a favor dessa Moção. -----

----- Quanto à Moção nº 10, que tal como a Moção nº 4 tinha a ver com o problema dos bombeiros, disse que ouvira com atenção o Deputado Municipal Jorge Napoleão, que, segundo julga saber, era um bombeiro recente, era apenas bombeiro este ano. Não acreditava que o fosse há mais tempo, já que, se efectivamente fosse bombeiro há mais tempo todas essas recomendações teriam sido feitas no mandato anterior. Nessa altura teriam com certeza vingado os argumentos com que agora zurzira a actual Câmara e já não haveria necessidade de agora satisfazer esse conjunto de reivindicações que apresentara. Mas como era um bombeiro recente até achava que lhe ficava bem essa voluntariedade para defender os Bombeiros Voluntários. -----

----- Mas era óbvio que também o PSD defendia os Bombeiros Voluntários porque entendia que eles prestavam um serviço imprescindível e de um valor inestimável a nível nacional. Os Bombeiros Voluntários são uma peça fundamental para garantir a segurança das populações nas mais variadas circunstâncias, quer em termos de saúde, quer em termos de segurança de bens, quer em termos de incêndios florestais e urbanos, o PSD tinha plena consciência do papel que desempenhavam e da simpatia que lhes mereciam os Bombeiros Voluntários. -----

----- O PSD também sabia que o financiamento para o desenvolvimento da acção dos Bombeiros Voluntários era um dever do Governo central, que era quem, aliás, tinha vindo a financiar essas instituições de voluntariado. Mas talvez começasse agora a perceber quem teria fomentado a manifestação havida nos Paços do Concelho, porque quando tudo estava a ser negociado com as Associações, quando tudo estava a ser

tratado na mais cordial das intenções de parte a parte, de repente alguém pegava fogo e os bombeiros iam apagar o fogo na Praça do Município, o que teria levado a algum mau relacionamento – momentâneo, esperava – entre a Câmara e as Associações de Bombeiros Voluntários. -----

----- Pessoalmente estava convencido, apesar de não ser uma sua obrigação estrita, que a Câmara Municipal de Lisboa iria naturalmente apoiar as Associações de Bombeiros Voluntários, mas deveria fazê-lo – era uma recomendação que fazia do seu livre arbítrio – mediante algumas condições. Não se dava dinheiro a ninguém por dar, tinha que se dar dinheiro na base de um programa, na base de um protocolo, na base da satisfação de algumas obrigações, e era isso que esperava que a Câmara fizesse. Ou seja, esperava que a Câmara atribuísse os subsídios necessários e possíveis às Associações de Bombeiros Voluntários, mas que tivesse o cuidado, porque era esse também o seu dever, de protocolar esses financiamentos por forma a obrigar as Associações a prestar contas da aplicação desses dinheiros. De resto, sendo essa uma regra normal em todo o lado também teria que ser com as Associações de Bombeiros Voluntários, que, aliás, eram instituições de boa-fé e de toda a confiança que de modo nenhum poriam em causa esse tipo de obrigatoriedade. -----

----- Portanto, o PSD iria votar contra essas moções, mas saudava o voluntarismo do Deputado Municipal Jorge Napoleão relativamente à necessidade de vir a apetrechar os bombeiros com mais e melhores equipamentos. Só lamentava que se ele, de facto, era bombeiro há mais tempo não tivesse feito isso no mandato anterior. -----

----- Acerca da Moção nº 5, que dizia respeito à EPAL, disse que se tratava de uma empresa pública pelo que competiria ao IPE, que era quem tutelava a EPAL, resolver qual era a sua situação, pelo que o PSD iria votar contra. -----

----- Quanto à Moção nº 6, que tem a ver com o Serviço Nacional de Saúde, disse que se tratava de uma posição de obstaculização que o PCP tinha na Assembleia Municipal como tinha na Assembleia da República. Naturalmente o PCP faria aquilo que entendia que devia fazer, o PSD entendia que o Governo estava no bom caminho e, portanto, iria votar também contra essa Moção, como igualmente iria votar contra a Moção nº 8, que dizia respeito à Segurança Social. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que relativamente às moções nºs. 7 e 10 os subscritores concordaram em fundi-las, pelo que passariam a formar uma só Moção, cujo texto, aliás, já estava distribuído. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PS)**, no uso da palavra, disse que de entre as quatro funções clássicas do desenvolvimento harmonioso da cidade: habitação, trabalho, equipamentos e circulação, as três primeiras apresentavam em Lisboa, felizmente, um grau de satisfação crescente, numa dinâmica positiva que vinha de há décadas. O problema das barracas estava resolvido; o equipamento que cabia ao Município fomentar tinha sido fomentado no campo do desporto, dos abastecimentos, e de certos graus da educação; mas a última dessas funções, a circulação, vinha apresentando, nos últimos tempos uma deterioração acelerada que feria o quotidiano dos concidadãos. -----

----- Quanto a si, contribuía para essa situação a ausência efectiva de uma política de planeamento metropolitano e também a ausência de uma política de transportes que privilegiasse o transporte público em relação ao transporte individual privado. De facto, Lisboa, neste momento, estava na situação paradoxal, ao arrepio do pensamento europeu, e até mundial, de privilegiar os transportes privados. Ia-se gastar uma parte significativa do orçamento na construção de túneis e de grandes obras de cirurgia urbana para beneficiar o transporte privado, transporte privado egoísta que fazia com que 1,2 pessoas tivessem o direito de se cercar de quatro metros de lata para ocuparem o espaço que era de todos. Seguiu-se uma política de supressão de carreiras públicas devido a uma visão meramente contabilística por parte dos concessionários dos transportes públicos, por vezes levada a efeito com o beneplácito das entidades responsáveis. -----

----- Não era tão distante a participação do Município na gestão da Carris, por exemplo. O axioma de que carreira que não dava rendimento era para fechar, teria que ser banido da gestão da cidade. -----

----- Das consequências dessa atitude de visão meramente contabilística, era significativa a situação que enfrentavam vastas áreas da cidade e camadas da população face à supressão de carreiras, à limitação de frequências, ao encurtamento de percursos e à necessidade de mudar de viatura para completar o percurso, processo extremamente penoso para os trabalhadores por turnos e para os estudantes trabalhadores, e, ainda, a ineficácia provocada em relação a algumas carreiras no sentido de justificar a sua desnecessidade. -----

----- Por tudo isso, o PCP apresentara uma Moção no sentido de exigir ao Executivo uma tomada imediata de posição face aos receios da população de ver o seu quotidiano afectado por alterações de carreiras de transportes públicos unilateralmente decididas, apelando ainda que o Executivo usasse de todo o seu poder de intervenção na matéria, rejeitando a conivência com argumentos de pura rentabilidade financeira que se sobrepusessem à rentabilidade social que os transportes públicos deveriam assumir. -----

----- A concluir disse que a Moção era acompanhada de uma resenha dos problemas detectados numa primeira análise, e apelou aos presidentes das Juntas de Freguesia que não figuravam nessa resenha que fornecessem informação sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por chamar a atenção para a intervenção feita, no período de intervenção do público, por um representante da APIA – Associação de Protecção à Infância da Ajuda, que ali veio pedir a intervenção da Assembleia Municipal num problema dessa Associação, que era justo que fosse tratado com a importância e o realce que ele merecia, sobretudo em termos sociais. -----

----- Tratava-se de uma Associação que exercia um trabalho altamente meritório numa freguesia com grandes problemas como era a Ajuda, que pessoalmente bem conhecia, e que exercia um trabalho absolutamente essencial para o desenvolvimento de algumas crianças daquela área. Certamente a Câmara Municipal estaria atenta ao evoluir da situação, porquanto se tratava duma situação que deveria merecer o maior

carinho e o maior apoio, até porque em momentos anteriores chegara a vislumbrar-se uma boa solução para esse problema, que certamente conseguiriam reencontrar todos. -

----- Por isso, com grande força reiterava um apelo ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para dar uma ajuda porque a APIA bem merecia e sobretudo as crianças que dele beneficiavam exigiam. -----

----- Referindo-se às moções, disse que, na generalidade, o PS concordava com a Moção nº 1, apresentada pelo PCP, e de tal forma que também apresentaram uma que procurava tratar a mesma matéria, concretamente a Moção nº 9. -----

----- Contudo, estando de acordo com a forma como era apresentada a Moção e concordando inclusivamente com aquilo que nela era defendido, tendo a Moção em anexo uma elencagem de algumas freguesias da cidade, era entendimento do PS que a Assembleia teria muito mais a ganhar se essa importante abordagem abrangesse as 53 freguesias de Lisboa, pelo que propunham aos subscritores da Moção que ela não fosse hoje votada e baixasse directamente à Comissão de Urbanismo para que aí se pudesse desenvolver esse trabalho e posteriormente voltar ao Plenário. -----

----- Sobre a Moção nº 9, disse que ela mais não era que a preocupação do PS com uma política que defendiam para a cidade, que era absolutamente essencial começar a pôr em causa, e que tinha a ver com a primazia que neste momento era dada ao transporte individual na cidade. O PS entendia que era chegado o momento de questionar essa evolução que estava a acontecer, e, portanto, aproveitava esta Moção para lançar dois grandes desafios ao Município, através da Câmara Municipal e também da Assembleia: que fossem capazes de fazer um grande debate sobre que política de cidade queriam naquilo que aos transportes dizia respeito, se queriam ou não que, finalmente, fosse dada primazia ao transporte público dada a importância dessa opção estratégica para o futuro sustentado da cidade e para qualidade de vida. Este, no entender do PS, era o momento oportuno para que fizessem esse grande debate. -----

----- Uma outra questão, era que a própria Assembleia Municipal promovesse um grande debate sobre a necessidade da proposta que a Câmara tinha em mãos, que aprovara com toda a legitimidade, que era o alargamento do túnel das Amoreiras. O PS entendia que era uma proposta que neste momento colocava em causa aquilo que entendiam defender para o desenvolvimento da cidade, e, mais do que isso, entendiam que era uma proposta altamente contraditória porque evidenciava para a sociedade sinais contraditórios. É que, de facto, defendendo o PS que deve ser dada primazia ao transporte colectivo, era um erro induzir a sociedade a trazer mais automóveis privados para Lisboa provocando o caos quotidiano. -----

----- Era óbvio que a actual gestão não tinha culpas nessa matéria, mas tinha responsabilidades nos sinais que evidenciava para a sociedade, pelo que apelava à Câmara que se juntasse à Assembleia Municipal para que, conjuntamente, conseguissem fazer um grande debate onde viessem a concluir pela necessidade, ou desnecessidade, dessa ampliação. -----

----- Continuando, disse que o PS iria votar favoravelmente a Moção nº 2, como, aliás, fazia sempre em relação a matérias que tinham a ver com o uso do papel reciclado;

não se referia à Moção nº 3 porque o seu camarada, Deputado Municipal Vasco Antunes, falaria sobre ela; a Moção nº 4 iria baixar à Comissão e aí teriam oportunidade de manifestar concordância nalguns pontos e noutros não; a Moção nº 5 seria votada favoravelmente pelo PS, não por aquilo que o Deputado Municipal Victor Gonçalves ali disse porque a preocupação do PS não era fazer oposição a quem quer que fosse, mas se iam votar favoravelmente a Moção era porque entendiam que era necessário defender aquilo que era possível defender e não havia a mínima razão para que essa empresa fosse privatizada, fundamentalmente porque não se via que vantagens poderia trazer para o sector público a sua privatização, e muito menos se vislumbrava aquilo que tal traria de mais-valias para os cidadãos de Lisboa. -----

----- Quanto à Moção nº 6, disse que o PS não a votaria favoravelmente, porque, embora entendessem o que pretendia o PCP com a propositura da mesma, a postura do PS era sempre coerente, estivesse no Governo ou na oposição, e conseqüentemente não podiam agora votar uma Moção que rejeitaram no passado só porque então eram Governo e agora oposição. Portanto, porque há alguns meses atrás defendiam aquilo que agora era criticado na Moção, era óbvio que só podiam votar contra ela. -----

----- Sobre as moções nºs. 7 e 10 disse que já foram fundidas numa só e votá-la-iam favoravelmente com o maior prazer, e quanto à Moção nº 8 disse que ela lhes merecia um grande cuidado e desejava chamar a atenção da Câmara para a sua importância. E achava que essa Moção era importante sobretudo porque aparecia no momento em que foi lançada a discussão pública sobre o anteprojecto do novo Código do Direito de Trabalho, portanto eram duas matérias que não podia, nem queria, dissociá-las. Daí que a bancada do PS fosse votar favoravelmente a Moção pela pertinência do tema, pela sua oportunidade e pela forma como estava brilhantemente expressa, facto pelo qual felicitava a sua autora, Deputada Municipal Deolinda Machado. -----

----- Ainda sobre a Moção nº 8, disse que o PS defendia que cada um dos partidos deveria clarificar as suas posições. Dizia-se, há alguns meses atrás, que não havia grande diferença entre o PS e o PSD, por exemplo, mas via-se no dia-a-dia, sobretudo naquilo que era a prática governativa do anterior Governo e aquilo que estava a ser a prática governativa do actual Governo do PSD e do CDS-PP, que efectivamente havia uma enorme distância entre aquilo que era o PS, um partido assumidamente de esquerda no Governo e agora na oposição, e aquilo que era o PSD que tendencialmente ia caindo para os braços de uma direita neo-liberal, o que muito lamentavam mas manifestamente era isso que estava em cima da mesa. -----

----- Esta Moção, que o PS votaria favoravelmente, era clarificadora porque permitia pôr em causa aquilo que devia ser equacionado, que era exactamente a abordagem que cada um dos partidos tinha sobre aquilo que eram os interesses de todos os cidadãos do País, e não só apenas de uma classe, porque começava a preocupar em demasia o facto do actual Governo apenas ter uma visão ao defender que se deve ter uma grande preocupação com as empresas e com os empresários, ao que contrapunha que deviam ter uma grande preocupação com o País e sobretudo com os cidadãos. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Jorge Napoleão sobre a questão

dos Bombeiros Voluntários, disse que no anterior Orçamento da Câmara, elaborado pelo PS e pelo PCP, as dotações para os Bombeiros Voluntários eram cerca de 70.000 contos, enquanto que no Orçamento para 2002, portanto feito pela nova maioria, as dotações para os Bombeiros Voluntários atingiam os 150.000 contos. -----

----- Portanto, quando o Deputado Municipal Jorge Napoleão referia que houve cortes orçamentais isso era falso, já que não houve cortes na área da segurança e muito menos para os Bombeiros Voluntários. -----

----- Por outro lado, referia também o Partido Socialista a necessidade imperiosa de dignificar os quartéis dos bombeiros, facto com que concordava como estava certo que todos concordariam. No entanto, era preciso que tivessem atenção determinadas afirmações que ali faziam, porque ele próprio, acompanhando o Vereador Henrique Freitas com quem trabalhava, visitara todos os quartéis de Bombeiros Voluntários da cidade e teve oportunidade de ver o estado de degradação em que muitos desses quartéis estavam, por ineficácia da gestão da anterior maioria durante 12 anos. -----

----- Por isso, vir agora, passados apenas seis meses de gestão do actual Executivo, falar da necessidade imperiosa de reformular os quartéis dos Bombeiros Voluntários como se a anterior maioria nada tivesse a ver com o assunto! De facto, havia mínimos! -----

----- Para além disso, no anterior Plano de Actividades os Bombeiros Voluntários tinham duas rubricas: uma para subsídios ordinários e outra para compra de equipamento, e depois, a nova maioria, na sequência de terem constatado o estado em que estavam os quartéis dos Bombeiros Voluntários, introduzira uma nova rubrica no Plano de Actividades para obras de recuperação dos quartéis dos Bombeiros Voluntários no montante de 450.000 euros, cerca de 90.000 contos. -----

----- Portanto, o PS não podia, como aliás era sua tradição quer em relação às Câmaras, quer em relação ao Governo, falar ali como se não tivesse responsabilidades, designadamente na Câmara Municipal de Lisboa durante 12 anos, pelo estado a que a situação chegara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, começou por dizer que era óbvio que já começavam a estar habituados a este tipo de discurso, que fazia parte de uma opção de *marketing* que as duas coligações adoptaram – a coligação no Governo e a coligação na Câmara Municipal de Lisboa – e que o PS respeitava. Isso estava fora de questão, era legítimo! -----

----- No entanto, havia uma coisa que o orador anterior não podia olvidar: factos são factos. A Câmara Municipal, a actual, aquela que tinha responsabilidades, era a única que tinham que questionar porque já não valia questionar o passado, tinham sempre que analisar o Executivo que estava em funções. E um primeiro facto que gostava de ouvir contestar era se era ou não verdade que estava acordado com as Associações de Bombeiros a atribuição de 25.000 euros a cada uma e não 10.000 euros? Era verdade! Aliás, as Associações de Bombeiros disseram o que disseram porque se quebrara um compromisso que estava assumido. -----

----- A terminar, disse que era preciso ter memória e justamente porque tinham memória recordavam que a anterior maioria municipal sempre dera apoio aos bombeiros, e a prova disso era que hoje em dia eles estranhavam não serem tratados da mesma forma mas antes serem tratados de forma desigual. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que era muito fácil dizer que agora era preciso falar do futuro, porque, obviamente, dava jeito ao PS que agora se falasse de futuro e se esquecesse o que foram os últimos doze anos de governação na Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto à questão colocada, disse que um compromisso assumido na altura da elaboração do Orçamento foi que as verbas para os Bombeiros Voluntários, designadamente em matéria de obras nos quartéis, seriam financiadas mediante a apresentação, por parte das Associações de Bombeiros Voluntários, de protocolos com um projecto de obras. Ao que sabia, a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt estava a negociar esses mesmo protocolos com as Associações de Bombeiros Voluntários, pelo que a pergunta feita não tinha razão de ser. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Apenas para abordar 3 pontos: -----

----- Começemos pelo positivo. -----

----- 1. Para nos congratularmos com a iniciativa em torno do Chiado, de promoção e sensibilização para uma mobilidade alternativa e de valorização da fruição do espaço público. -----

----- Acresce apenas o comentário de garantia de que mesmo que tivesse chovido e a medida tivesse contestação por motivações similares, estaria aqui a apoiá-la. Jamais teria uma intervenção oportunista como as que ouvimos aquando da última iniciativa do ‘dia sem carro’, em que o hoje Presidente da Câmara veio defender que a autarquia deveria ter-se antecipadamente (“uns dois dias antes!”) informado sobre as condições climáticas e suspenso a iniciativa. -----

----- Registo portanto que a medida de interdição ao automóvel no fim-de-semana no Chiado é o que nos une, o que considero ser a demagogia é um dos aspectos em que me esforço por ser o que nos separa. -----

----- Mudando de escala e de registo: -----

----- 2. Chegaram-me relatos de, já não tenho a certeza se em Junho se no fim de Maio, num período de duas semanas pelo menos por 3 vezes a paragem de autocarros situada na Av. Eng. Arantes e Oliveira, junto ao muro do campo de *Rugby* no sentido da rotunda das Olaias para a freguesia de Marvila, ter sido destruída – e sucessivamente reposta – por atropelamento por carros que desciam nessa direcção. Em pelo menos dois dos casos esteve iminente o atropelamento de pessoas que estavam nessa paragem. -----

----- Este facto merece pelo menos 3 comentários: -----

----- a) O primeiro, é a interrogação que imediatamente nos assalta, de tentativa de compreensão da mente humana. Como é que alguém pode mandar repor

sucessivamente uma paragem de autocarro sem que esse comportamento mimético e acrítico suscite qualquer questionamento sobre a necessidade de outras medidas complementares de protecção à paragem. -----

----- b) O segundo, é um apelo ao Sr. Vereador com competências na área do trânsito: Faça-nos o favor de ler a recomendação que apresentamos e mereceu a unanimidade desta Assembleia em Maio de 2000 sobre o desenvolvimento de um “programa de eliminação de pontos críticos de sinistralidade” e diga-nos depois, a esta Assembleia, o que lhe suscita a mesma. -----

----- c) O terceiro decorre dos dois anteriores, já que está implícito na recomendação referida e decorre da verificação da falta de mecanismos que façam despoletar o conjunto de medidas técnicas que cada caso merecerá face à repetição de acidentes num determinado local. São procedimentos internos e em conjunto com os demais operadores e actores neste problema. -----

----- 3. Por último: A Feira do Livro de Lisboa é uma importante iniciativa na cidade de Lisboa e que mereceu este ano um apoio crescente, inverso ao das festas da cidade.

----- Entre os diversos aspectos que foram alterados, a generalidade deles positivos, um houve que solicito o empenho da Câmara junto do promotor desta Feira no sentido de o corrigir nas próximas realizações. -----

----- A realocação dos *standes* dos livros infantis e juvenis, para um local mais íngreme, foi acompanhada pela colocação de estrados criando patamares entre os desníveis. A transposição entre esses patamares é feito por degraus. -----

----- O segmento prioritário alvo dessas publicações é um público que, com elevada probabilidade, ou ainda utiliza cadeirinhas de crianças ou tem irmãos que as usava. Posso assegurar que essas escadas foram permanentemente um obstáculo e constituíram um factor de dificuldade na mobilidade, pelo que importa que a Câmara assegure que no futuro seja evitada essa situação. Aliás, a preocupação com as dificuldades da mobilidade deve ser extensível a toda a estruturação desta como das demais iniciativas, quer da Câmara, quer nas que a Câmara apoia, participa ou tenha conhecimento.” -----

----- Finda a leitura do documento, disse, ainda, que o PEV iria votar favoravelmente todas as moções, mas relativamente à que resultara da fusão da nº 7 com a nº 10 de alguma forma votavam o espírito, ou seja, a Câmara tinha que, com urgência, avaliar e medir o impacto de todas as propostas que ali estavam e, tanto quanto possível, considerando todas em protocolo a estabelecer urgentemente com os bombeiros. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, começou por saudar a Câmara Municipal pela decisão de eliminar a circulação automóvel numa zona tão importante da cidade como era o Chiado, e saudava-a especialmente porque esta iniciativa surgia, não de forma casuística ou pontual, mas, primeiro, de forma sistemática e, depois, de forma complementar em termos de outras medidas que já foram anunciadas relativamente à circulação automóvel e a tudo que isso implicava. --

----- É que, para além da eliminação da circulação automóvel no Chiado, estava previsto também, a partir de Setembro, o condicionamento da circulação automóvel no Bairro Alto e, complementarmente a essas medidas, outras foram tomadas também

no sentido de convidar à utilização dos parques de estacionamento das zonas em questão e foram criados transportes para as pessoas se movimentarem entre os parques de estacionamento e essas mesmas zonas. -----

----- Portanto, tratava-se um conjunto de medidas que atestavam que a Câmara Municipal, ao contrário do que já hoje ali foi dito, tinha uma política clara relativamente aos transportes e à circulação automóvel na cidade. Aliás, lembrava que foi a candidatura da hoje maioria da Câmara Municipal, ao contrário do que tinha sido a postura no passado da gestão da Câmara, que se propusera, e se propunha, a participar na gestão de algumas empresas de transportes públicos que operavam na Cidade de Lisboa, o que denotava interesse em intervir e, seguramente, tornar o nível desses serviços de transportes públicos mais eficaz em Lisboa. Por outro lado, propunha também concretizar a implementação da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Este, segundo disse, era um conjunto de medidas equilibradas que continham, em si próprias, várias valências, eram medidas consertadas, equilibradas, em suma, eram consequentes. -----

----- Por isso, não podia deixar de fazer o contraponto desse conjunto de medidas, iniciativas e propostas que estavam ainda em elaboração, com aquilo que foi a política num passado recente relativamente a essas matérias, porque, de facto, durante um conjunto alargado de anos unicamente assistiram, no que a esta questão dizia respeito, ao famoso “Dia Europeu Sem Carros”, evento que foi pessoalmente por si criticado como também criticado por muita gente, já que continha em si próprio um conjunto de contradições e de inconsequências, e nada nascera das iniciativas então tomadas. Hoje, porém, podiam ver que ao contrário de um *show-off* de um dia mediático sem carros, as medidas que agora se pretendiam tomar eram eficazes e sistemáticas, medidas que seguramente conduziram a uma prioridade à circulação dos peões e dos transportes públicos, portanto, uma política que há longo tempo fazia falta à cidade. --

----- Muitos parabéns à Câmara Municipal, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, no uso da palavra, aludindo às críticas, ou pelo menos a não aceitação da Moção apresentada pelo PCP sobre as questões da saúde, referiu que o PCP entendia que a Assembleia tinha por missão, fundamentalmente, abordar as questões da área do concelho, mas porque havia questões políticas nacionais que afectavam as populações locais, o PCP apresentara uma Moção criticando orientações nacionais dentro dessa área. -----

----- Entendia o PCP que a crítica que se pudesse fazer relativamente ao facto das medidas do PS serem semelhantes às do PSD, poderia não ter fundamento porque o espírito das medidas, apesar de ser semelhante, poderia ser diferente – pelo menos a isso eram levados a crer – e que o desenvolvimento não seria com o mesmo fim. -----

----- É que, de facto, o PS teve medidas defensoras de um Serviço Nacional de Saúde, cujo lançamento foi feito pelo seu Deputado António Arnault, o seu desenvolvimento provara poder conduzir Portugal a resultados de saúde que se poderiam considerar excepcionais a nível mundial, mas as companhias feitas a nível do Serviço Nacional de

Saúde não tinham fundamento face ao seu desempenho e ao baixíssimo investimento que era feito pelos Governos nessa área.. -----

----- Depois, houve Governos do PS, nomeadamente aquele em que a Ministra da Saúde, Dra. Maria de Belém, defenderam medidas importantes para melhoramento e aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde – o PCP estava solidário com essas medidas – mas, efectivamente, o último Governo já tomara medidas diferentes, o que levava a pensar que os Governos do Partido Socialista seriam diferentes do PS em si nessa matéria, e diferentes mesmo das posições dos membros do PS na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- O que propunham, portanto, era que essas questões fossem abordadas e que a nível da Comissão respectiva, visto que havia muito a fazer a nível municipal nessa área, fossem consideradas. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, no uso da palavra, disse que ouviram há pouco duas intervenções sobre o problema dos transportes, transporte público, transporte privado e circulação de viaturas, feitas pelos Deputados Municipais Silva Dias e Dias Baptista, e quanto à necessidade de resolver esse problema com certeza todos estariam de acordo. -----

----- Porém, não podia deixar de pôr em questão a autoridade que o PCP e o PS teriam para levantar este assunto, especialmente nos termos em que o faziam. -----

----- De facto, a Autoridade Metropolitana de Transportes, como já ali tivera a oportunidade de dizer – e foi corroborado na altura pelo Vereador do PS responsável por este Pelouro – ficara praticamente delineada quando o PS ganhara as eleições em 1995. Faltava resolver a questão do financiamento, matéria por certo importante, mas era apenas isso que faltava resolver. -----

----- Portanto, porque o PS esteve seis anos no Governo, cabia agora perguntar qual a razão porque não dera continuidade ao processo, assim como o que reclamara o PS na Assembleia Municipal de Lisboa durante esses seis anos! Por outro lado, o PS e o PCP estiveram 12 anos na Câmara e que pressões fizeram junto do Governo para que o processo tivesse chegado a bom porto? Desconheciam! -----

----- Fizeram uma experiência de “um dia sem carros” e depois “dois dias sem carros” na Cidade de Lisboa, e embora na altura o PSD tivesse chamado a atenção para o modo como todo o processo decorreria que não augurava bom resultado, fizera-se essa experiência. O anterior Presidente da Câmara prometera na Assembleia Municipal, depois da primeira experiência de “um dia sem carros”, que entregaria o relatório para se avaliar da justeza do processo, mas não o fez, e no ano seguinte, depois da realização de “dois dias sem carros” na cidade, novamente se comprometera a entregar um relatório mas também novamente não entregara! Por isso, a pergunta que fazia era onde estavam esses relatórios e que reclamara do PS acerca dessa matéria. ----

----- De facto, não viram na Assembleia Municipal qualquer intervenção do PS exigindo ao Presidente da Câmara que entregasse esses documentos para que pudessem começar a fazer uma análise séria dos processos, pelo que perguntava qual

a razão porque agora, e só agora, o PS se lembrava disso! Seria porque estava na oposição em matéria de Governo e porque a gestão da Câmara hoje não era sua? -----

----- A terminar, disse que todos estavam de acordo em resolver o problema, o que lhe levantava dúvidas era a oportunidade das intervenções hoje ali feitas pelo PS e pelo PCP acerca dessa mesma matéria, dado o comportamento que tiveram nos anos anteriores, em que foram Governo, tiveram a gestão da Câmara e nada fizeram para os resolver, nomeadamente não dando continuidade a um processo que estava praticamente concluído e ao qual apenas faltava, como há pouco referira, o problema do financiamento para resolver. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha por finalidade apresentar a Moção nº 8, intitulada “Por um sistema público, universal e solidário da segurança social”. -----

----- Referiu, então, que as medidas aprovadas, recentemente, pelo Governo sobre essa matéria, visavam reduzir o papel do Estado na garantia do direito à segurança social em favor de entidades privadas, que queriam gerir em obediência às regras de mercado, com riscos que se apresentavam como aqueles que hoje estavam no jornal Público plasmados, que era a falência da empresa WorldCom, como foi a da Enron e também a da Xerox, tudo isso nos Estados Unidos, e que levava a que os trabalhadores ficassem sem emprego e sem a reforma a que tinham direito. Não era isso que queriam para Portugal. -----

----- Disse, ainda, que se tratava de um modelo que punha em causa a sustentabilidade financeira da segurança social, pela qual tinham pugnado, já que visava reduzir receitas sem que houvesse também redução de despesas durante dezenas de anos. -----

----- Por outro lado, a questão do plafonamento também se colocava, e aí havia um benefício para as entidades patronais visto que visava isentar as empresas do pagamento das contribuições acima do primeiro tecto. -----

----- Referiu, também, que o sistema público de segurança social que existia garantia aos portugueses uma reforma certa, mas o mesmo não acontecerá se, eventualmente, passar a proposta de lei que o Ministro Bagão Félix queria levar por diante. Portanto, os fundos de pensões ficariam dependentes da especulação bolsista e poderia acontecer em Portugal aquilo que agora estavam a ver acontecer nos Estados Unidos.--

----- A terminar leu os pontos 1 a 6 da parte deliberativa da Moção, já transcritos nesta acta, pedindo a sua aprovação. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com duas notícias hoje publicadas na comunicação social. -----

----- A primeira, publicada no jornal Correio da Manhã, referia que a Câmara se comprometia a ceder um terreno na Alta de Lisboa – Lumiar, para a construção do Hospital de Todos os Santos, o que, quanto a si, só poderia ser por brincadeira – ignorância certamente não seria – porque o Sr. Presidente da Câmara sabia que já estavam cedidos dez hectares de terreno em Marvila, entre o Bairro do Condado e a Mata do Vale Fundão, para esse efeito. Esse terreno, aliás, já estava cedido há mais de dez anos e fazia parte do PDM. -----

----- O que gostariam de ouvir era o Sr. Presidente da Câmara exigir do Governo a alteração da prioridade de construção, porque, segundo os Ministros dos Governos anteriores diziam, a construção tinha passado para terceira ordem de prioridades, e o que gostariam era que passasse para primeira ou até segunda ordem de prioridades. ---

----- Na segunda notícia dizia-se que o Sr. Presidente da Câmara teria demitido o Sr. Eng^o Manuel Camossa, Director da DMIL, baseado num acidente ocorrido com canídeos na Fonte Luminosa, pelo que perguntava: -----

----- Seria que o Sr. Presidente da Câmara já não conhecia esse problema, pelo menos desde Março de 2002? Conhecia, mas até este momento não fizera nada! -----

----- Seria verdade ou não que quem era responsável pela manutenção da Fonte Luminosa era a EPAL e não a Câmara? Era verdade! Aliás, se agora o Sr. Presidente da Câmara dizia que ia assumir essa responsabilidade da parte da EPAL, sabia que a manutenção da Fonte Luminosa era da responsabilidade da EPAL e não da Câmara. --

----- Seria verdade ou não que a Câmara, desde que tomara posse, cancelara praticamente, por fins economicistas e alarmistas sugeridos pelo actual Governo com evidentes prejuízos para a cidade e para os cidadãos, todas as empreitadas nessas e noutras áreas? Isso era verdade! -----

----- Ora, a ser tudo isso verdade, perguntava qual a razão porque o Sr. Presidente da Câmara demitira um funcionário, Director da DMIL, um homem que exercera funções até há bem pouco tempo com elevada competência, enquanto teve meios para actuar. --

----- Quando a si, estando-se em presença de uma responsabilidade política e sendo o responsável político máximo o Sr. Presidente da Câmara, perante estes factos todos quem se deveria demitir era o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que apenas queria deixar duas questões que eram motivo de preocupação para a sua Junta de Freguesia. -----

----- Primeira: Para quando o realojamento das centenas de pessoas que ainda faltavam realojar na Quinta da Pailepa, Quinta do Louro, Quinta da Fateira e Pisa Pimenta, já que essas pessoas viviam momentos dramáticos: incêndios, todo o tipo de bicharada, roubos, droga, etc. Era urgente tomar medidas no sentido do realojamento dessas famílias. -----

----- Era também urgente, e a Câmara Municipal tinha indicações da Junta nesse sentido, que todas as barracas desocupadas pelas famílias realojadas fossem imediatamente destruídas, porque, só numa semana, os bombeiros tiveram que se deslocar três vezes à Freguesia da Charneca devido a incêndios no meio de barracas já abandonadas, que podiam criar uma catástrofe visto que havia outras barracas em volta ainda habitadas. -----

----- Segunda: Existiam em toda a Freguesia da Charneca terrenos baldios, quer nas Galinheiras, quer no Reguengo, quer na Alta de Lisboa, que eram autênticos barris de pólvora dado que em qualquer altura, mas particularmente no verão, podiam desencadear-se ali incêndios de grandes proporções, pelo que a exigência que fazia era que a Câmara tomasse medidas imediatas no sentido de pôr ali máquinas a

terraplenar os terrenos. Isto era uma reclamação da população da freguesia, nomeadamente da já realojada na Alta de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que aqueles que se dirigiram directamente à Câmara Municipal sabiam que ela, nestas reuniões, não tinha direito ao uso da palavra. Ele poderia dar-lha mas, ao fazê-lo, criaria uma situação complicadíssima porque depois os Deputados Municipais queriam replicar. Portanto, a Câmara estava presente, anotara de todas as questões que foram levantadas, e com certeza tomaria conta delas na medida da sua política e da definição que fazia dela. -----

----- Seguidamente, disse que hoje, na Conferência de Líderes, teve oportunidade de levantar a questão de algumas das moções apresentadas conterem matéria que, pela sua complexidade, mereciam até um trabalho de Comissão. Os Deputados Municipais foram sensíveis a essas questões e, assim, algumas das moções iriam baixar à Comissão e só depois de haver um relatório da Comissão seriam submetidas ao Plenário. -----

----- Isso ia acontecer com a Moção nº 1, apresentada pelo PCP, que baixaria à 3ª Comissão para análise da matéria e elaboração do referido relatório que depois a acompanhará na subida a Plenário como ponto da Ordem do Dia, e igualmente aconteceria com a Moção nº 9, apresentada pelo PS sobre a mesma matéria, da qual o ponto 1 baixaria à 3ª Comissão, enquanto que os pontos 2 e 3, que se referiam à organização de debates, seriam analisados, primeiramente, na Conferência de Líderes, isto com o acordo, como era evidente, dos proponentes. -----

----- Por outro lado, a Moção nº 4, apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativa às questões do estacionamento, baixaria também à 3ª Comissão e passado o prazo de 90 dias, por si fixado, subiria a Plenário, acompanhada do relatório da Comissão, como ponto da Ordem do Dia. -----

----- Dados os esclarecimentos, iniciou o processo de votação das restantes moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 2**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 3**, apresentada pelo BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 5**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e a abstenção do PPM. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção nº 6**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- Aprovar, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM a **Moção nº 7**, apresentada pelo PCP, da qual, depois de fundida com a **Moção nº 10**, apresentada PS, resultou o texto final que a seguir se transcreve: -----

----- **MOCÃO** -----

----- “As Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, estão a atravessar um momento de extremas dificuldades, do ponto de vista financeiro. -----

----- É elucidativo destas dificuldades o facto de nalgumas Associações, estar ainda por pagar o seguro das viaturas, que deveria ter sido pago até 15 de Julho. -----

----- Noutros casos, a falta de pagamento de gasóleo, pode constituir um sério risco de paralisação das viaturas, deixando de poder dar resposta aos muitos pedidos de socorro, por parte da população. -----

----- A retirada da proposta na reunião de Câmara de dia 10 de Julho, de atribuição de um subsídio de apoio às 7 associações de Bombeiros Voluntários, está a criar sérias dificuldades às referidas Instituições, pondo em causa, para além dos encargos já referidos, os salários dos Bombeiros, pelo que solicitamos à CML que aprove rapidamente o subsídio prometido, e lhes envie o respectivo valor para que possam resolver o problema de imediato. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, delibera: -----

----- Que o Município em acordo com todos os Corpos de Bombeiros, reequacione estrategicamente a localização de todos os quartéis da cidade de Lisboa, de modo a servir a população em condições de segurança ideal. -----

----- Que se comprometa o Município a construir quer com verbas do Estado central quer com verbas próprias, novos, operacionais e condignos aquartelamentos, de modo a que estes equipamentos nos locais onde forem situados, sirvam, não só operacionalmente a cidade como cultural e desportivamente a mesma; -----

----- Que o seguro de todas as viaturas dos bombeiros seja transferido e integrado na frota do RSB e suportado pelo Município, aliviando assim as associações de bombeiros voluntários; -----

----- Que o Município aumente actualizando os prémios de seguro dos bombeiros em serviço, com a dignidade que a capital do país deve ter, ou seja a primeira entre as primeiras. -----

----- Que o combustível das viaturas dos bombeiros da cidade seja suportado pelo Município. (atestando como agora já o fazem com a ambulância do SOEL/RSB, nas bombas existentes no RSB). -----

----- Que o Município, ofereça uma viatura de combate a incêndios e uma Ambulância novas às 7 corporações de bombeiros voluntários (lembro que a última oferta de material novo remonta a 1992). -----

----- Que se estabeleça um protocolo, justo e perfeito (para as 3 partes: Município, bombeiros e população, de modo a que todo o material e bombeiros seja aproveitado a 100%, protocolo esse que poderá permitir vistorias, e todas as inerentes acções que tanto os Bombeiros Sapadores e voluntários estão aptos para fazer. (operacionalmente mais acertado, e com menos custos para o Município, sendo uma fonte de financiamento para os voluntários, e que libertaria mais sapadores bombeiros para saírem nas viaturas aquando da ocorrência dos sinistros. Neste momento saem muito aquém da guarnição que legalmente está estipulado). -----

----- Que a semelhança de alguns municípios, como é o caso de Loures, o Município de Lisboa suporte as despesas de Água e electricidade. -----

----- Que o subsídio a atribuir às corporações de Bombeiros, seja faseado, em vez de duas tranches, seja mensal, o que permitirá as corporações fazer face aos profissionais que nela trabalham durante o dia.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 8**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Terminadas as votações, o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Lisboa para o Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 200/2002;** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 238/2002;** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 247/2002;** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 251/2002;** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 253/2002;** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 276/2002.** -----

ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Presidente** disse que, conforme havia já referido, iniciariam a Ordem do Dia pelo ponto 7, a que se seguira o ponto 6 e depois retomariam a ordem normal dos restantes pontos. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 276/2002 – APROVAR O FINANCIAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2002/2005 NO VALOR DE 80 MILHÕES DE EUROS, AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO N.º 2, DO ART. 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 276/2002 -----

----- “Considerando que, -----

----- No âmbito da execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2002 - 2005, considerou-se ser necessário recorrer a um empréstimo de longo prazo, envolvendo um financiamento global de 80.000.000 euros. -----

----- Para esse efeito, foi efectuada uma consulta junto de 25 instituições de crédito a operar na praça de Lisboa, tendo sido apresentadas 14 propostas, e seleccionados numa primeira fase, na qualidade de bancos com as melhores propostas, o ABN AMRO BANK; Banco Espírito Santo/Credit Suisse; Banco Português de Investimento/Inver Caixa; Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; Citigroup; DEXIA, Public Finance Bank. -----

----- Numa segunda fase, foram efectuadas negociações com aquelas instituições, de modo a adequar as respectivas propostas aos interesses do Município, concernentes, nomeadamente, à flexibilidade de utilização de fundos, a uma estrutura de amortização regular ao longo do prazo do empréstimo e a uma opção de amortização antecipada. -----

----- As mencionadas negociações deram origem à apresentação de segundas propostas que foram objecto de nova avaliação financeira nos termos da qual se

concluiu, como nota prévia, que é comum à maioria das propostas soluções de financiamento que passam pela subscrição de swaps, nomeadamente com taxas variáveis "set in arrears", potenciando à Câmara Municipal de Lisboa um custo significativamente mais baixo. -----

----- O actual perfil de dívida do município e o seu reflexo na capacidade de endividamento determinaram que fossem relevados na avaliação do presente empréstimo, a maturidade da operação, a estrutura de amortização e carência de capital. -----

----- Do estudo efectuado às novas propostas conclui-se que o Banco Português de Investimento/Inver Caixa subscreveram a melhor solução para a Edilidade. -----

----- A proposta do Banco Português de Investimento apresenta uma maturidade de 20 anos, com um período de carência de 4 anos e amortização constante ao longo do restante período, associada a um spread mais competitivo. -----

----- Integra, ainda, a possibilidade de opção por um contrato de swap, que melhora o spread creditício durante toda a vida da operação. -----

----- O serviço da dívida do Município acrescido dos encargos financeiros decorrentes do presente empréstimo, enquadra-se nos limites estabelecidos no n.º 3, do art. 24.º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, conforme mapa da capacidade de endividamento em anexo, que desta proposta faz parte integrante. -----

----- O empréstimo em causa está de acordo com os limites constantes da alínea a) e c), do n.º 1, do art. 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 6, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do art. 53 do mesmo diploma, a contratação de um empréstimo, junto do Banco Português de Investimento/Inver Caixa, nas condições fundamentais que seguidamente se discriminam e que irão constar do contrato de empréstimo sindicado (no qual se integra a carta a endereçar ao Banco Português de Investimento/Inver Caixa, referente à Comissão de Arrengers), e do contrato de swap associado (que inclui ISDA - Master Agreement, Schedule to the Master Agreement, e o Anexo ao Master Agreement, que estabelece as condições específicas do contrato de swap), cujas minutas, em anexo, fazem parte integrante da presente proposta. -----

----- Proposta base: -----

----- Montante: 80 milhões de euros; -----

----- Finalidade: Plano Plurianual de Investimentos de 2002 - 2005; -----

----- Prazo Global: 20 anos; -----

----- Período de utilização: até 30 de Dezembro de 2002 com o máximo de 4 desembolsos, não inferiores a 10 milhões de euros cada; -----

----- Período de carência de amortização de capital: até 4 anos; -----

----- Taxa de juro: taxa de juro nominal correspondente à EURIBOR a 12 meses, verificada dois dias úteis antes do início de cada período de contagem de juros, acrescida de uma margem de 12 p.b. sem qualquer arredondamento; -----

----- Reembolso: 16 prestações de capital iguais e sucessivas, sendo que as primeiras 15 ocorrem em 30 de Dezembro de cada ano, e a última em 30 de Junho de 2022, vencendo-se a primeira em 30 de Dezembro de 2006. -----

----- Reembolso antecipado voluntário: permitido, na totalidade ou em parte (montante mínimo euros 10.000.000,00) nas datas de pagamento de juros, sem penalização mediante notificação prévia de 30 dias. -----

----- Pagamento de Juros: anual e postecipado. -----

----- Comissões -----

----- - do agente: 0,4 p.b. a cobrar anual e postecipadamente, sobre o montante em dívida; -----

----- - de arranger: 15 p.b. a pagar na data de assinatura do empréstimo; -----

----- - de underwriter: 17,5 p.b. a pagar na data de assinatura do empréstimo; -----

----- Contrato swap: -----

----- primeiros 10 anos (a partir do fim do período de disponibilização 30/12/2002-30/12/2012): -----

----- - o Município de Lisboa paga a Euribor 12 meses, fixado dois dias úteis bancários, antes do fim do período de juros, deduzido de um spread de 12 p.b., liquidação anual; -----

----- - o Município de Lisboa recebe Euribor 12 meses fixado dois dias úteis bancários antes do início do período de juros, liquidação anual. -----

----- prazo remanescente (até ao vencimento) - o Município de Lisboa recebe 12 p.b., liquidação anual. -----

----- Amortização: linear anual sendo a primeira em 30/12/2006; -----

----- Projectos a financiar: -----

Objectivos	Valor Euros
Habitação Social	65.300.000
Reabilitação	4.033.000
Segurança	1.150.000
Trânsito	500.000
Higiene Urbana	700.000
Iluminação Pública	200.000
Conservação da Rede Viária	1.397.000
Gestão Cemiterial	760.000
Espaço Público	550.000
Infra-estruturas Viárias	1.130.000
Saneamento e Protecção Ambiental	1.800.000
Acção Social	100.000
Cultura	900.000
Desporto	610.000
Espaços Verdes	340.000
Comércio e Abastecimentos	400.000
Benef.Instal.e Equip. dos Serviços Mun.	130.000

TOTAL	80.000.000
-------	------------

----- 2. Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para, nos termos do n.º 7, do art. 24.º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, consignar a favor dos Bancos Underwriters, conforme identificados nas minutas de contratos em anexo, as receitas municipais, para garantia do capital, juros e demais encargos do empréstimo, ficando aquelas instituições autorizadas a receber, por intermédio do Banco Português de Investimento, as verbas consignadas directamente do Estado, até aos limites dos montantes devidos e não pagos. -----

----- 3. Delegar na Senhora Vereadora Maria Teresa Maury a competência para a execução da presente deliberação, nomeadamente, a assinatura do contrato de financiamento objecto da presente proposta.” -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que esta era uma proposta perfeitamente normal, igual a tantas outras que a anterior coligação fizera em anos passados, através da qual se pretendia contrair um empréstimo para o PER, portanto para a habitação social, pelo que nada havia a assinalar contra ela já que ia beneficiar as populações mais desfavorecidas. -----

----- No entanto, tinham memória! Estava na mente de todos, como estava também nas actas, aquilo que acontecia quando propostas deste género eram presentes à Assembleia. Era um clamor por parte da oposição acusando de despesismo, que os limites legais de endividamento estavam a ser atingidos, de gestão ruínosa, enfim todos os epítetos contra a coligação que estava no poder. -----

----- Lembrava apenas um exemplo recente, ocorrido em Junho de 2001, em que perante a proposta 243/2001, que submetia à aprovação da Assembleia um empréstimo de 66 milhões de euros com o mesmo objectivo, os Deputados Municipais do PSD, nomeadamente o Deputado Municipal Athayde Carvalho e o Deputado Municipal Pedro Portugal, intervieram pondo obstáculos, pondo reservas a essa proposta, acabando o PSD por votar contra. -----

----- Por isso, agora, perguntava aos Deputados Municipais do PSD o que iam fazer. Naturalmente não iriam ficar calados! Utilizando os mesmos argumentos que utilizavam há um ano atrás, como poderiam votar esta proposta favoravelmente? O que mudara, efectivamente? O que mudara, de facto, é que o PSD agora estava no poder e há um ano estava na oposição! Isso é que era grave! E se agora a coligação, que tinha a maioria na Assembleia, fizesse o mesmo votando contra esta proposta, o que aconteceria? -----

----- No entanto, não fariam isso porque eram responsáveis, não utilizavam a demagogia, defendiam as propostas segundo o seu mérito e neste caso concreto não podiam ir contra os interesses da população de Lisboa. Por isso, iriam deixar passar a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha que começar por referir um tema que já ali tinha trazido à colação, e que avisara que continuaria a trazer, que tinha a ver com a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Sabia, porque o Sr. Presidente da Assembleia tinha informado na Conferência de Líderes, que o Sr. Presidente da Câmara estava atrasado, mas,

porque já eram 17 horas e 25 minutos, queria que ficasse registado o seu lamento, uma vez mais, até porque os atrasos começavam a ser sistemáticos. -----

----- Mas, manifestava também a sua estranheza pelo facto da bancada do PSD, que no anterior mandado tanto ali criticara o Dr. João Soares, com o acordo da bancada do PS porque achavam mal aquilo que acontecia, agora nem uma palavra dissesse quanto a essa questão. Portanto, tinha que registar essa diferença de comportamento por parte da bancada do PSD. -----

----- Porém, era evidente que não era essa diferença de comportamento que o preocupava. O que o preocupava era a ausência do Sr. Presidente da Câmara, porque entendia que o Sr. Presidente da Câmara enriquecia a Assembleia Municipal com a sua presença. Por isso, pedia que o Sr. Presidente da Câmara viesse assistir às reuniões da Assembleia Municipal, até porque a isso estava obrigado. -----

----- Por outro lado, pretendia também registar uma outra surpresa que tinha a ver com a apresentação das propostas. É que, de facto, no mandato passado sempre que qualquer proposta era posta em discussão a primeira pergunta do PSD era: “então a Câmara não apresenta a proposta? Que falta de respeito é esta para que a Vereação não apresente a proposta?”. Bom, o que era certo é que estavam agora a debater uma proposta apresentada pelo Executivo, porventura a mais importante logo a seguir à referente ao Plano de Actividades e Orçamento, e a Sra. Vereadora Teresa Maury, responsável pela matéria, não dissera uma palavra à Assembleia. Por isso, também tinha que manifestar ali o seu desagrado, a sua surpresa e a sua estranheza porque era inconcebível que a Sra. Vereadora não lhes quisesse dizer uma palavra sobre este tema. -----

----- Portanto, porque a Sra. Vereadora deveria ter aberto o debate e não o fizera, não se sentia em condições de intervir, em nome da bancada do PS, enquanto a Sra. Vereadora não dissesse à Assembleia o que entendia sobre a matéria. -----

----- **A Senhora Vereadora Teresa Maury**, no uso da palavra, disse que a verba inicialmente prevista para financiar o Orçamento era de 100 milhões de euros, mas devido às limitações impostas pelo Governo tiveram que reduzir esse montante para os 80 milhões de euros que agora propunham. -----

----- Desses 80 milhões, cerca de 65 milhões eram para financiamento da habitação social, portanto para cumprimento do plano que transitara do anterior Executivo, e os restantes 15 milhões destinavam-se ao financiamento de projectos próprios e ao desendividamento que ocorria durante o ano de 2002. -----

----- Disse, ainda, que este financiamento de 80 milhões de contos era a 20 anos, com quatro anos de carência de prazo, tinha sido negociado em condições extremamente benéficas para o Município, a globalidade dos custos, ao longo dos 20 anos, era de três pontos base, portanto Euribor a 12 meses com mais três pontos base. Por conseguinte, não sendo qualquer tipo de financiamento bonificado era, de facto, uma proposta com um custo bastante baixo. -----

----- Referiu, também, que foi consultada uma gama muito lata de instituições financeiras, concretamente 25 instituições nacionais e estrangeiras, dessas, depois,

seleccionaram-se as seis melhores e foram debatidas e discutidas as respectivas propostas. -----

----- Portanto, o financiamento base era Euribor 12 meses mais 12 pontos base, depois havia a celebração dum contrato de *swap*, ou seja um contrato de cobertura de risco de taxa de juro que permitia que o Município durante os primeiros 10 anos estivesse só a pagar Euribor e depois baixar para mais três pontos base. -----

----- Terminou dizendo que a amortização do empréstimo decorria a partir de Dezembro de 2006 e durante os 16 anos seguintes, e a sua utilização seria até ao final do corrente ano. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, começou por agradecer à Sra. Vereadora a intervenção feita porquanto lhe parecia que todos ficaram a ganhar com os esclarecimentos que acabara de prestar, mas não podia deixar de dizer que era assim que deveria ter começado o debate, até porque era a isso que estavam habituados. -----

----- Disse, depois, que a bancada do PS continuaria a ter hoje a postura responsável e crítica que sempre tivera, contrariamente àquilo que outros fizeram, designadamente o PSD, conforme já ali havia sido ressaltado, e bem, pelo Deputado Municipal Feliciano David ao criticar aquilo que foi, no passado, a postura habitual do PSD. Mas hoje, certamente, o PSD votaria contra esta proposta. Aliás, na linha daquilo que sempre foi o seu comportamento não podia ser de outra maneira, porque quando propostas como esta vinham à Assembleia votava contra, e votava contra com uma crítica exacerbada dizendo que isso era de uma enorme irresponsabilidade. Portanto, hoje, certamente esta proposta iria passar com os votos favoráveis do PS, eventualmente com a abstenção do PCP, e os votos contra do partido que sustenta a Câmara Municipal, ou seja, do PSD. -----

----- É que também tinham memória, e se o exercício de estar sistematicamente a fazer apêlo à memória servia para uns, também servia para outros. Sobretudo, servia para demonstrar uma postura responsável ou uma postura irresponsável, que era aquela que o PSD teve no passado, e que hoje, com a votação desta proposta, teria que reconhecer, já que, obviamente, iriam votar a favor porque não podiam deixar a Sra. Vereadora isolada e também a Câmara. Portanto, ao votar hoje a favor, o PSD estava a reconhecer que aquilo que o Sr. Vereador Vasco Franco fizera no passado, afinal tinha toda a razão, como também tinham toda a justificação as propostas que sobre esta matéria ali foram apresentadas, para além do Vereador Vasco Franco, pelo Vereador Fontão de Carvalho e pelo Dr. João Soares. Esta era a única conclusão a tirar, porque, a não ser assim, então estava tudo errado! -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa dizia: “nós estamos todos de acordo, mas o PS e o PCP não tinham moral para ali apresentar uma única proposta”, ao que respondia que o PSD, hoje, não tinha moral para aprovar esta proposta, porque, fazendo apêlo à memória, só podia votar contra. De resto, um apêlo que desejava fazer ao Deputado Municipal António Prôa, e também à sua bancada, era que se recordasse de qual era a capacidade de movimento com que a Câmara Municipal ia ficar, como também fizesse um fortíssimo exercício de memória para se

lembrar qual era a capacidade de endividamento no ano passado, quando o PSD acusara a anterior maioria da Assembleia Municipal de estar a cometer uma imbecilidade enorme ao permitir à Câmara Municipal ter contraído aquele empréstimo de financiamento que contraíra, o que fizeram conscientemente mas o PSD, hoje, se calhar, não iria fazer isso com tanta consciência. Até porque, entretanto, havia outras coisas que importava esclarecer. -----

----- Como muito bem tinha dito a Sra. Vereadora havia uma nova lei, uma lei que impunha determinadas restrições, mas o PS, que iria votar favoravelmente a proposta porque era coerente, era responsável e aquilo que disse no passado servia para dizer hoje, desejava que a Sra. Vereadora garantisse à Assembleia, tal como tinha feito à Câmara, se esta proposta não violava aquilo que a lei exigia. É que estavam agora perante um novo quadro, um quadro legislativo onde as restrições orçamentais, impostas pelo actual Governo, criaram condicionamentos à capacidade de endividamento das autarquias, e conseqüentemente era importante que a Sra. Vereadora dissesse, para que ficasse registado em acta da Assembleia Municipal, que esta proposta estava perfeitamente coberta pela legalidade. Era certo que isso já tinha sido dito em Câmara, mas, porque eram órgãos diferentes, era importante que fosse dito também na Assembleia Municipal para que todas as dúvidas ficassem registadas e salvaguardadas. -----

----- A terminar, disse que a Sra. Vereadora, a propósito da capacidade de endividamento da EPUL, teria afirmado na reunião de Câmara que não contava para o cômputo global o endividamento que a EPUL viesse a fazer no que respeitava ao acordo a propósito do Euro 2004, mas porque não estava muito seguro daquilo que leu, se calhar teria lido mal, pedia que a Sra. Vereadora explicitasse essa matéria, até porque era uma questão da maior importância visto que ficando a capacidade de endividamento da Câmara tão reduzida, se não ficasse salvaguardada essa questão ela não teria qualquer capacidade de endividamento em termos futuros. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que lhe tinha sido perguntado pelos dois oradores anteriores, do PCP e do PS, se tinha memória, ao que respondia que tinha, e boa felizmente. Mas o que pretendia, sobretudo, era ter uma memória honesta para retratar aquilo que realmente se havia passado e não aquilo que esses mesmos oradores pretendiam que se tivesse passado. ---

----- De facto, quando se dizia que o PSD votara contra investimentos para o PER, afirmava redondamente que era falso. O PSD, efectivamente, votara contra um empréstimo para um plano plurianual de investimentos porque estava mal feito, mal negociado e sem objectivos concretos para aplicação do dinheiro, e qualquer gestor sabia que quando se fazia um empréstimo havia objectivos concretos porque o dinheiro custava dinheiro. -----

----- Aliás, várias vezes ali tinha dito, e até na Câmara quando lá estivera como Vereador interpelara várias vezes o Presidente sobre isso, que se negociava e se contraíam empréstimos porque o dinheiro estava barato, e cometeram-se erros de palmatória. -----

----- Mas se os dois oradores a que se referia tinham a tal boa memória que questionaram se ele tinha ou não, certamente recordavam que o Sr. Vereador Fontão de Carvalho, honestamente, chegara ali a reconhecer que alguns dos empréstimos que criticara tinham sido mal negociados. De resto, era por causa da situação em que a anterior maioria deixara a Câmara que hoje era preciso recorrer a este investimento, pois dos 80 milhões de euros a que se referia a proposta, 65 milhões eram para pagar aquilo que a anterior Câmara deixara. Mas, de facto, não tomaram nota desse aspecto porque não lhes convinha. -----

----- Seguidamente, depois de referir que várias vezes ali tinha dito que não era contra a contracção de investimentos desde que eles fossem bem negociados e bem aplicados, perguntou se já tinham reparado na diferença entre a proposta que agora era apresentada e aquelas que eram apresentadas pela maioria anterior, porque, na verdade, a diferença era como a noite do dia, as propostas anteriores eram documentos de duas ou três folhas que nada diziam ao contrário desta onde tudo era devidamente esclarecido. Bastava ler a lista da aplicação concreta dos investimentos, que anteriormente nunca foi apresentada, para logo se ver a diferença. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que desejava que o orador anterior elucidasse se era verdade ou mentira que relativamente à última proposta apresentada à Assembleia Municipal pela maioria anterior o PSD votara ou não votara contra. Este era um primeiro apêlo à memória séria, honesta, única que merecia a pena discutir. -----

----- O segundo apêlo à memória ia no sentido do orador anterior dizer ali se era ou não verdade que a partir do momento em que, obrigatoriamente, passou a ser necessário elencar a aplicação dos investimentos, também nessa mesma última proposta apresentada à Assembleia não vieram já os investimentos elencados como vinham hoje em dia, já que se a lei assim o determinava a Câmara não poderia deixar de a cumprir. -----

----- Quanto à afirmação de que a maior parte deste empréstimo era para pagar o trabalho da anterior Vereação, disse que ao referir isso o orador anterior, sem querer, fizera um enorme elogio ao anterior Executivo, o que registavam e saudavam até porque correspondia à realidade, mas desejava que fosse esclarecido se era ou não verdade que foi exactamente pelo trabalho da anterior Vereação que o Sr. Dr. Pedro Santana Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tinha a possibilidade de andar a dar voltas à cidade a visitar o trabalho que a anterior maioria fez, ou seja, andar a visitar as obras que o Vereador Vasco Franco e o então Presidente da Câmara fizeram, já que da actual Vereação não tinha uma única obra para visitar porque não fez rigorosamente nada. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que quando fazia afirmações trazia consigo os documentos que as suportavam, e lamentava ter que desmentir o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa com o documento que tinha na mão, concretamente a acta nº 68, de 19 de Junho de 2001, de cuja Ordem de Trabalhos constava, como ponto nº 2, “Aprovar a contratação de um empréstimo para financiamentos diversos do Plano de Actividades

de 2001, conforme a proposta ...” e foi exactamente essa proposta, em cujo debate ele próprio, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa e outros Deputados Municipais intervieram, que teve a votação que referira, e que passava a ler: “... tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP e PS, votos contra do PSD, CDS-PP e MPT ...” -----

----- Portanto, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa equivocara-se já que o PSD, efectivamente, votara contra, conforme comprovava pela acta que referira. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, disse que nenhuma das intervenções dos dois últimos oradores respondiam a nada daquilo que disse nem tinham nada a ver com isso. De resto, até achava deselegante citar-se ali documentos, porque se era intenção citar-se propostas concretas deveriam tê-lo avisado com antecedência porque também ele as traria para ler. Mas reafirmava tudo aquilo que disse, não retirava nem uma vírgula. -----

----- Acerca do PER, de que o Deputado Municipal Dias Baptista tanto falava, disse que esse programa foi atrasado pelo Executivo do PS e do PCP por causa das eleições de 1995, porque interessava na altura ao Executivo que fosse atrasado. -----

----- A um aparte “não diga isso”, respondeu: “digo, digo, porque estava na Câmara e disse-o também aos Presidentes da altura”. -----

----- Por outro lado, também várias vezes ali tinha chamado a atenção, quando, mais tarde, o Dr. João Soares, Presidente da Câmara, alterara aquilo que anteriormente vinha dizendo que era “acabar com todas as barracas da Cidade de Lisboa” para “acabar com os grande bairros de barracas da Cidade de Lisboa”. Acabaram-se os grandes bairros de barracas, fez-se uma obra notável, mas não acabaram com todas as barracas, portanto não cumpriram o que disseram. -----

----- No entanto, o que se estava a discutir era matéria de investimentos e o modo como foram feitos e apresentados à Assembleia, e quanto a essa matéria não retirava uma vírgula daquilo que disse. Bastava que comparassem o documento ora apresentado com aqueles que a anterior maioria apresentava para se ver o que era a noite do dia. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV abstivera-se na votação da proposta de empréstimo apresentada no ano passado, por duas razões distintas, isto é, vacilando entre aquilo que consideravam ser um desígnio do Executivo municipal, que era a extinção das barracas porque consideravam isso justificativo para a contracção dos empréstimos, mas por oposição os empréstimos conterem também uma outra componente. Ou seja, num mesmo pacote vinham outras medidas que já não tinham a certeza que justificassem esses empréstimos, e agora, em relação a este empréstimo, voltavam a ter o mesmo problema. -----

----- Aliás, pela leitura da acta da reunião de Câmara verificava-se que a Sra. Vereadora levantava a questão de estar previsto o empréstimo de 100 milhões de euros para financiar o plano plurianual, que agora já só estavam a propor um empréstimo de 80 milhões de euros porque a lei impedia que se fizesse por mais, mas reconhecia que até era capaz de ser mais justo ser 80 milhões de euros porque estava

mais próximo do nível de execução que a Câmara esperava ter, e terminava dizendo: “aquilo a que nós podemos recorrer este ano e dado que tínhamos um défice elevado, como não sabíamos sobre a possibilidade futura de contracção de empréstimos recorreremos já este ano”. -----

----- Portanto, o PEV não estava disponível para apoiar um empréstimo que era feito em nome de eventuais futuras restrições a contracções de empréstimos, não tendo nenhuma demonstração de que haja medidas complementares de redução de custos e de boa gestão dos recursos públicos que justificassem a contracção deste empréstimo.

----- Por conseguinte, o PEV apoiava a contracção do empréstimo naquilo que dizia respeito à fatia relativa ao apoio do PER, mas já lhes custava a perceber, e gostariam de ver mais sustentado, essa questão de que a contracção dos 80 milhões de euros não era por uma necessidade imediata, não era porque correspondesse a nada de imediato, mas era, em boa parte, pelo receio de que não se pudesse vir a pedir no futuro, e com isso, seguramente, não estariam de acordo. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha uma solicitação da Câmara no sentido de que o Sr. Presidente da Câmara gostaria de participar no debate desta proposta, pelo que, se estivessem de acordo, passariam ao ponto seguinte e retomariam esta proposta logo que o Sr. Presidente da Câmara chegasse. -----

----- Obtida a concordância, abriu o debate para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 253/2002 –APROVAR A TAXA DA DERRAMA SOBRE O IRC DE LISBOA PARA O ANO 2003, AO ABRIGO DA ALÍNEA F) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 253/2002 -----

----- **Derrama** -----

----- “Considerando que, de acordo com o disposto nos n.º.s 1 e 3 do artigo 18º da Lei n.º. 42/98, de 6 de Agosto, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, devendo a deliberação ser comunicada ao director de finanças competente até 31 de Outubro do ano anterior ao da cobrança;

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo anualmente a proceder ao lançamento de derramas, cujo produto tem constituído uma importante fonte de financiamento de despesas de investimento de elevado interesse social; -----

----- Considerando que se mantém a necessidade de efectuar investimentos em matéria de habitação, reabilitação urbana, de infra-estruturas viárias e saneamento básico; -----

----- Considerando ainda que no próximo ano de 2003 e à semelhança dos anos anteriores o lançamento de uma derrama se afigura indispensável ao financiamento dos investimentos a realizar naquele ano. -----

----- TENHO A HONRA DE PROPER QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação por este órgão deliberativo, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei, o lançamento em 2003 de uma derrama de 10% da colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente a proposta, já que a derrama era um imposto que incidia sobre os lucros que as empresas declaravam e a partir daí sobre o IRC que pagavam ao Estado. -----

----- O sentido da sua intervenção, portanto, não era pôr em causa a taxa de 10%, que era o valor máximo previsto no Orçamento de Estado, mas sim o facto de existir no País um debate sério sobre a fuga fiscal e sobre quem pagava ou não pagava impostos, porque sendo a Assembleia Municipal de Lisboa o órgão fiscalizador do Município, não se lembrava, nos anos que tinha de Assembleia, de nenhum relatório que dê-se qualquer opinião aos Deputados Municipais, do ponto de vista de alguma seriedade ou sustentabilidade, de quais eram as empresas – e que empresas – que pagavam derrama em Lisboa. -----

----- Naturalmente não era possível estar ali a solicitar uma listagem, nem era isso que se pretendia, mas por tipo de empresa, por volumes de facturação ou por metas de capital social, seria importante que tivessem uma noção sobre isso para que pudessem participar nesse debate, que pelo menos do ponto de vista da intenção todos têm anunciado, ainda que do ponto de vista das medidas poucos têm praticado, que era a de saberem se também em Lisboa poderiam contribuir para o combate à fuga fiscal, sobretudo que o grande capital, as grandes empresas faziam, nomeadamente grande parte delas com sede em Lisboa e, portanto, obrigadas também a pagar a derrama. -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que o Município aprovava a derrama, a taxa a cobrar era a taxa da lei, mas quem fazia a cobrança eram os serviços da Administração Central, não era a Câmara. Portanto, a Câmara poderia saber tanto como o Grupo Parlamentar do partido do orador anterior na Assembleia da República sobre a listagem referida. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** retorquiu dizendo que apenas estava a perguntar se a Câmara podia solicitar isso aos serviços da Administração Central. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Câmara vinha propor que em 2003 o lançamento da derrama fosse fixado em 10% da colecta de IRC. Nada de novo, portanto, já que antes e depois de 1998 ela sempre tinha sido fixada pela taxa máxima. O PCP sempre votara favoravelmente a taxa porquanto considerava a derrama um imposto socialmente justo visto que era pago por quem mais podia, as grandes empresas que geravam lucros, e não era pago pelo povo de Lisboa. -----

----- Com efeito, 80% da derrama recolhida pela Câmara Municipal de Lisboa é paga pelos bancos, grandes empresas e multinacionais, já que 87% das empresas nacionais

estavam sediadas em Lisboa, segundo números que o Sr. Vereador Vasco Franco apresentara no ano passado. -----

----- Portanto, o seu lançamento justificava-se porque ia contribuir para minimizar a grave situação de muitos milhares de lisboetas que habitavam em barracas, mas cerca de 20.000 fogos tinham sido construídos pela anterior coligação e esse flagelo social estava já praticamente eliminado. -----

----- Por todas estas razões o assunto parecia pacífico e não susceptível de gerar controvérsia, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal. No entanto, não tinha sido assim porque os Vereadores e os Deputados Municipais do PSD, que agora concordavam certamente com esta proposta porque estavam no poder, em anos anteriores, quando eram oposição, não pensavam dessa maneira. -----

----- Mas passava a citar: -----

----- Aquando da discussão da derrama para 2000, a Vereadora Paula Teixeira da Cruz, discordando da fixação da taxa em 10%, afirmava: “Lisboa carece de atrair investimento, não carece de o expulsar” e falava, ainda, na imensa voracidade da Câmara Municipal de Lisboa no que tocava à cobrança de receitas. -----

----- Por outro lado, na Assembleia, o Deputado Municipal Pedro Portugal concluía que a Câmara Municipal não tinha interesse em atrair emprego para a cidade, o que o deixava algo perplexo, enquanto que o Deputado Municipal José Salsinha afirmava que com a essa taxa a Câmara punha em causa muitos postos de trabalho. -----

----- Durante a discussão da derrama para 2001, o Vereador Vítor Reis dizia que a taxa de 10% era uma política de ir ao bolso dos contribuintes, e apresentara uma proposta de taxa zero para os primeiros 30.000 contos da colecta do IRC de qualquer empresa e uma taxa de 8% para o restante, enquanto que o Vereador Jorge Antas afirmava – passou a citar: “Os problemas da actividade económica das pequenas e médias empresas são um pormenor para os partidos Socialista e Comunista” e a Vereadora Paula Teixeira da Cruz insistia que essa taxa era injusta para grande parte da população de Lisboa. -----

----- Depois, na Assembleia Municipal, o Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD, dizia: “Desde 1989, em termos de taxas de contribuição autárquica e derrama, a política da esquerda que governava Lisboa era taxar sempre pelo máximo e que tinha sido um verdadeiro assalto ao contribuinte.” -----

----- No ano seguinte, durante a discussão da derrama para 2002, o Vereador Jorge Antas voltava a insistir na proposta do ano anterior no sentido de uma taxa zero até 30.000 contos da colecta de IRC e 8% para o restante, e o próprio Vereador Pedro Feist dizia: “Não podemos nem damos o nosso acordo a esta proposta de aplicação da taxa máxima”. -----

----- Continuando, disse que se fazia estas citações era para dar um retrato do que se passara anteriormente, e para perguntar agora ao PSD se, afinal, o que era mau para os pequenos e médios comerciantes de Lisboa e para o desenvolvimento da cidade já era hoje bom! Certamente não teriam mudado de opinião, mas como poderiam agora concordar com esta proposta e votá-la favoravelmente? Com certeza iriam votar contra, não acreditava que fosse outro o sentido de voto! -----

----- Por isso, compreendia o constrangimento e o mal-estar do PSD perante tanta contradição. Era esta a forma do PSD estar na política? Mais do que o conteúdo das propostas, está em causa votar contra quem as formula sem olhar aos interesses dos seus destinatários? -----

----- A terminar, disse que o PCP era um partido coerente que se regia por princípios e valores, não cedia a oportunismos, não utilizava a demagogia e colocava acima de tudo os interesses da população de Lisboa, sobretudo a mais desfavorecida, pelo que hoje, na oposição, iria votar favoravelmente proposta 253/2002. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que a excelente intervenção acabada de produzir pelo Deputado Municipal Feliciano David, que disse aquilo que era fundamental dizer-se sobre esta matéria, assim como o silêncio do PSD, tornavam manifestamente desnecessário qualquer tipo de intervenção por parte da bancada do PS. -----

----- No entanto, pretendia dizer que, curiosamente, se calhar iam sustentar de novo a proposta do Executivo contra a vontade da bancada do PSD, porque também tinham memória, fraquinha talvez mas recordando o fundamental, ao contrário das outras bancadas que tinham boa memória mas só recordavam uma parte do passado esquecendo a outra, porque essa era mais desagradável e era preciso apagá-la. -----

----- Mas como tinham memória e tinham honra, teriam hoje o mesmo comportamento que tiveram no passado, para demonstrar que para o PS, que era um partido coerente, aquele que foi o seu posicionamento, a sua forma de estar, quer intervindo, quer votando, seria hoje exactamente o mesmo, quando estavam na oposição. Isto ao contrário das bancadas do PSD e do PP que, curiosamente, sobre esta matéria – admitia que fossem votar favoravelmente, nem outra coisa se esperaria – não tinham nada para dizer. -----

----- Eventualmente porque, de novo, tal como na matéria da proposta anterior, sentiam as dificuldades que decorriam do seu populismo no passado. Esta é que era a questão! Era uma questão de coerência e uma questão de princípios! Tinham que ser sempre coerentes, e aquilo que faltara à bancada do PSD no passado era aquilo que hoje em dia estava a criar algumas dificuldades para a sua intervenção. Sentiam-nos constrangidos mas apelavam-lhes a que viessem para o debate, que viessem participar. Era disso que os acusavam no passado, sem razão aliás, pelo que insistia que viessem para o debate porque a oposição queria discutir mas queria também que o PSD discutisse. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que não tinha pressa nenhuma, aliás até estava a ajudar porque quanto mais se prolongasse este debate mais possibilidades havia que o Sr. Presidente da Câmara pudesse participar. Se mais tempo conseguissem prolongar este debate, com a participação do PSD, certamente melhores condições criariam para que o Sr. Presidente da Câmara participasse. Aliás, também queriam ouvir o que o Sr. Presidente da Câmara tinha para lhes dizer, porque ele, ao contrário dos Deputados Municipais do PSD, não tinha a ver com o passado e, se calhar, teria uma outra postura que a actual bancada do PSD não tinha, até porque se via que estavam constrangidos como se via também que, lamentavelmente, não tinham uma ideia para

a Cidade de Lisboa. Mas a bancada PS tinha, tinha porque não mudara, o que anteriormente queriam para a Cidade de Lisboa era o que continuavam a querer hoje, e, por isso, coerentemente iriam votar hoje tal como votaram no passado, ou seja, sempre a favor dos lisboetas, sempre a favor da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que agradecia o tom irónico, e elegante até, com que os Deputados Municipais Feliciano David e Dias Baptista brindaram a bancada do PSD sobre o problema da derrama, mas, de qualquer modo, desejava tecer algumas considerações sobre esse imposto. -----

----- Disse, então, que compreendia que os referidos oradores quisessem levantar uma contradição em relação aos Deputados Municipais do PSD, mas realmente os argumentos apresentados não colhiam, e não colhiam pela simples razão de que os Deputados Municipais do PSD votaram contra no passado pela simples razão de que estavam preocupados com a deslocalização das empresas de Lisboa para os concelhos limítrofes, porque se as empresas que pagavam IRC deixassem de estar em Lisboa, obviamente deixariam de pagar a derrama em Lisboa. Portanto, compreendia que os Deputados Municipais do PSD, à altura, se tivessem preocupado com essa vertente. ---

----- Mas, voltando à questão de fundo, tinham que considerar que a derrama era um imposto municipal muito importante para a Câmara, porque ninguém podia esquecer que a Câmara anterior, só de défice de tesouraria, no ano passado, tinha deixado 8,5 milhões de contos, verba que a actual Câmara estava a suportar com sacrifício, limitando até alguns investimentos e a expansão de alguma actividade que deveria ter mas não tinha porque o dinheiro era necessário para suportar as dívidas da gestão do Executivo anterior. -----

----- Portanto, também por essa óptica, a derrama não poderia diminuir na medida em que havia compromissos que vinham da gestão anterior que tiveram que se assumir. De resto, a taxa agora proposta era igual à dos anos anteriores e por isso o PSD ia votar a favor e não contra, como, por ironia, os oradores anteriores haviam dito. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que este tipo de comportamento por parte da oposição era a ressaca de 12 anos de poder em que estiveram calados e tudo engoliram, e como não tinham argumentos para rebater aquilo que era dito iam buscar as actas e tudo o mais. Mas havia uma coisa que podiam ficar descansados que ele não faria, que era ir buscar as actas de antes de 1990 para ver como se comportavam então na Assembleia, e não fazia isso porque tal não abonava a ninguém. -----

----- Aconselhou a que argumentassem com argumentos de hoje, porque usar argumentos de há cinco anos para justificar coisas de hoje, desligados do contexto, não tinham valor absolutamente nenhum. Isso não eram processos honestos! Mas garantia que não iria buscar actas que tinha guardadas, sobretudo relativas ao comportamento do PS, para já não falar no PCP, onde se podia ver que quando faltava o Presidente da Câmara se faziam interpelações à mesa pelo menos durante três quartos de hora e a lei nem sequer obrigava o Presidente da Câmara a estar presente.

Depois, durante os últimos anos, quando o Presidente da Câmara não aparecia, estavam caladinhos porque aí já eram poder. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista, ao contrário do que presumira, iria ter uma palavra do CDS-PP, porque o CDS-PP tinha algo a dizer, obviamente. -----

----- O CDS-PP, que isso ficasse bem claro, era favorável à redução das taxas dos impostos, fossem elas quais fossem, porque estava convencido que era uma forma para fomentar a actividade económica e, como tal, melhorar a base tributária porque era essa a via para conseguir a melhor distribuição da riqueza. -----

----- Mas, por outro lado, também não era insensível às realidades financeiras de um organismo como a Câmara Municipal de Lisboa porque não era irresponsável, e mudava quando tinha que mudar. Era óbvio que o PS ia dizendo que não mudava, e isso deixava-o desde já preocupado por um lado, não tanto por outro mas já explicava porquê. -----

----- Preocupado porque – longe vá o agoiro – se o PS algum dia voltasse e gerir a Câmara Municipal de Lisboa ou os destinos do País não mudaria nada e teriam aquelas coisas giríssimas de défices que passavam de 2 para 2,5, depois para 3, depois ainda para 4 e por fim 4,1, e quando alguém a seguir queria pagar as dívidas, nem pensar em aumentar as receitas, porque isso era absolutamente proibido. Mas neste caso nem sequer se tratava de aumentar as receitas. -----

----- Era óbvio que se perguntassem se não tinham alguma relutância que se mantivesse este imposto e que até, provavelmente, se tivessem que aumentar cargas fiscais, quer a nível nacional, quer a nível da Câmara Municipal de Lisboa, o CDS-PP respondia que não estava, no fundamental, de acordo. Agora, a situação financeira era a que era, não havia outra, e era esta porque a obra que o PS tanto apregoava levava a um nível de endividamento dramático. Como tal, lamentava, gostaria de ser coerente com o passado mas o défice não o deixava. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmento (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista sabia que ele não estava na Assembleia Municipal de Lisboa no anterior mandato, pelo que a sua memória desse espaço não existia, mas havia uma coisa que era indesmentível: o PS não gostava que se falasse do passado, não gostava que o PSD ali alegasse a herança com factos, com números, apontando aquilo que a anterior maioria fizera e não fizera e depois ia buscar as palavras dos Deputados Municipais do PSD de há quatro, cinco ou seis anos, inclusivamente de Deputados Municipais que já nem sequer estavam na Assembleia Municipal nem mesmo tinham sido candidatos a este mandato. Era isso que, de facto, não compreendia. -----

----- Disse, depois, que em relação a esta matéria, e principalmente em relação à matéria da proposta anterior, esperava da parte do PS uma intervenção de nível, de qualidade, de rigor e de colaboração com a Câmara, mas parecia-lhe que o Deputado Municipal Dias Baptista queria copiar os métodos do líder da bancada do Partido Socialista, na Assembleia da República, porque em vez de falar dos problemas e das propostas concretas referira *fait-divers*. Referira que a Sra. Vereadora não tinha feito a

apresentação da proposta como referira outro tipo de matérias, e não estava preocupado com a questão, quando, de facto, esperava que o Deputado Municipal Dias Baptista ali fizesse um elogio à proposta de endividamento da Câmara, um elogio técnico pelo rigor, pela qualidade, pela taxa de juro extremamente benéfica para a Câmara. Se calhar, foi a utilização de *swaps* e outros termos técnicos que baralharam. -----

----- A terminar, disse que deveriam ter ali falado das questões concretas e dos problemas concretos, mas, mais uma vez, não quiseram. O PSD registava. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que era evidente que não ia perder muito tempo a analisar as intervenções acabadas de produzir, porque era óbvio que sobre a matéria não disseram nada. A sua intervenção, tal como a da bancada do PCP, procurara situar a Assembleia no contexto da discussão desta proposta, porque, repetia uma vez mais, não valia o exercício de sistematicamente se estar a dizer que as bancadas do PS e do PCP não tinham legitimidade para apresentar propostas porque havia um passado em que estiveram no governo da Câmara. Isso não fazia o mínimo sentido! -----

----- Depois, queriam impedi-los de falar, de intervir, e se apelavam à memória aqui-del-rei que a memória já não servia. Seria bom que o PSD se entendesse porque não valia jogar dessa forma com as palavras. Era evidente que já estavam habituados a alguma demagogia e a um tremendo populismo, mas tudo tinha limites e sobre esta matéria era preciso que houvesse algum pudor. -----

----- Era óbvio que quando referiram que estavam disponíveis e que iam votar favoravelmente, com certeza que a proposta alguma validade havia ter, porque, se não, obviamente não concederiam esse benefício da dúvida. Mas o PSD, que não tecera uma loa à proposta, certamente não esperava que fosse a bancada do PS a fazê-lo porque isso não faria o mínimo sentido. -----

----- O que pretendiam saber, agora, era o que pensava o Grupo Municipal do PSD e o que os levara a mudar de opinião, porque o Grupo Municipal do PS não mudara de opinião. Disseram, no passado, que a Câmara estava a trabalhar, e hoje, já por várias vezes, a maioria ali tinha reconhecido que a Câmara anterior tinha feito muita obra, o que registavam com agrado, assim como registavam com agrado as intervenções das bancadas do PSD e do CDS-PP, porque, afinal, intervieram. -----

----- Mas registara também, como certamente teria registado toda a Assembleia Municipal, uma coisa muito importante: ficaram hoje a saber, através da intervenção do Deputado Municipal José Rui Roque, que o PP iria votar favoravelmente, na Câmara Municipal, para que não aumentasse a contribuição autárquica. Ficava muito contente porque isso e saudava a bancada do PP porque estava a demonstrar uma coerência que o PS tivera no passado e continuava a ter, quer na Câmara, quer na Assembleia, quando votaram contra o aumento da contribuição autárquica. Portanto, registava com agrado que o PP se vinha juntar ao PS na defesa dos interesses da Cidade de Lisboa, votando contra o aumento da contribuição autárquica. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)** referiu que aquilo que o Deputado Municipal Dias Baptista fez não era bonito, já que não tinha falado em

contribuição autárquica. Em devido tempo falariam disso, mas pedia que não pusesse na sua boca palavras que não disse, que não tentasse ironizar com coisas que não disse porquanto nem sequer referira a contribuição autárquica. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que esta proposta, como a anterior, eram bem defendidas pelos argumentos expressos nos respectivos textos, disse que há pouco pedira para intervir na discussão da proposta anterior mas por que depois a discussão foi suspensa, iria fazer agora algumas das considerações que então pensava fazer, porque lhe parecia que eram extensivas. -----

----- Disse, então, que não tinha intenção de intervir mas o conjunto de adjectivos que ali foram usados em diversas intervenções, especialmente pelo Deputado Municipal Dias Baptista, levaram-no a fazê-lo. É que o Deputado Municipal Dias Baptista falara em honra, em princípios, em coerência, em pudor, em memória, etc., e desejava dizer-lhe que honra cada um tinha a sua, coisa que não estava ali em discussão seguramente, e, quanto ao resto, esperava que o Deputado Municipal Dias Baptista não duvidasse da sua memória porque ele também não duvidava da dele, como igualmente não duvidasse dos seus princípios e da sua coerência, já que pudor, segundo pensava, tinham todos. -----

----- Portanto, sublinhava claramente que todos tinham memória, ninguém se tinha esquecido de coisa nenhuma e todos ali estavam porque tinham princípios. Mas lembrava que enquanto o PS e o PCP governavam a cidade, ele próprio, que no mandato anterior não estivera na Assembleia porque esteve na Câmara como Vereador, votou no mesmo sentido que a Assembleia Municipal votara, porque se solidarizara com o sentido de voto dos seus colegas de partido no mandato anterior. ---

----- E em relação à coerência não via onde estivesse o problema, porque quando se tratava de apreciar para votar favorável ou desfavoravelmente, no caso concreto a taxa da derrama ou, no caso da proposta anterior, da contracção de um empréstimo, não lhe parecia que fosse sério – e sérios eram todos, seguramente – fazer considerações sobre a bondade ou não dos empréstimos por eles mesmos. O que estava em causa, quando se contraía um empréstimo ou quando se applicava uma taxa de derrama, era a pertinência desse endividamento ou dessa sobrecarga para as empresas; o que estava em causa era a capacidade de executar e aplicar os meios financeiros disponíveis por essas vias; o que estava em causa era também saber que quando a Câmara tinha taxas de execução tão baixas, como acontecera no passado recente, que, obviamente, esses endividamentos e essas taxas de derrama eram extremamente excessivas para a capacidade de execução da Câmara de então. -----

----- Aliás, ainda recentemente vieram a saber que a Câmara Municipal esteve prestes a desperdiçar um conjunto de meios financeiros importantes, que diziam respeito ao Chiado, porque em tempo útil nos os soubera aplicar. Felizmente, a actual Câmara soubera renegociar esse financiamento e, assim, a cidade e os lisboetas, graças à actual gestão camarária, passaram a ter a possibilidade de utilizar esses meios financeiros. -----

----- Portanto, não havia falta de coerência, tratava-se apenas de pertinência na necessidade de obter meios financeiros, porque, de facto, no passado muitas das vezes não havia necessidade, houve esbanjamento, e o que estava em causa, agora, era tratar de utilizar devidamente os meios financeiros que estavam à disposição. -----

----- Por fim, disse que nas propostas do mandato anterior, que o Deputado Municipal Dias Baptista ali referira, o sentido de votação do PSD seguramente não teria sido assim tão errado, porque se tivesse sido errado a população da Cidade de Lisboa não teria dado razão ao PSD, que criticara a anterior gestão. Portanto, afinal tinham razão e o povo de Lisboa reconhecera-lhe essa razão nas últimas eleições autárquicas. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 253/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 1 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO ARTº 5º DA LEI 33/98, DE 18 DE JULHO.** -----

----- PROPOSTA -----

----- Eleição do Dr. Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, representante da Assembleia Municipal de Lisboa para o Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo da alínea j) do artº 5º da lei 33/98, de 18 de Julho, na sequência da renúncia do Engº António Ferreira de Lemos, anteriormente eleito. -----

----- **O Senhor Presidente**, chegada a hora previamente anunciada para o encerramento da urna, deu conhecimento dos resultados da eleição, que decorreram em paralelo com o andamento dos trabalhos, que foram os seguintes: -----

----- Descargas na Lista de Presenças	90	-----
----- Votos entrados na urna	90	-----
----- Votos com a indicação “sim”	80	-----
----- Votos com a indicação “não”	2	-----
----- Votos brancos	8	-----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleito para integrar o Conselho Municipal de Segurança o Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do CDS-PP. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 200/2002 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO REFERENCIADA COM O Nº 4, CORRESPONDENTE A UM TROCO DA ESTRADA DOS MOINHOS, NAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA, (PºPº Nº 98/DGI/99), AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 200/2002 -----

----- “Considerando que, através da Deliberação n.º 604/CM/99, foi aprovada a cedência de terreno, sita à Estrada Militar, à Associação dos Ardinias de Lisboa. -----
 ----- Considerando que esta parcela, integra o troço de um antigo leito de via pública, e que por lapso, na mesma deliberação, se indica que a parcela é desafectada do domínio privado da Câmara, quando deveria ter-se referido que a desafecção é feita do domínio público para o domínio privado da Câmara. -----
 ----- Considerando que, muito embora se entenda tratar-se de erro de escrita, suprível nos termos do art.º 249º do Código Civil, este lapso constitui impedimento ao registo na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa da parcela a desafectar. -----
 ----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere nos termos do n.º 6, a) do art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro,-----
 ----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este Órgão, ao abrigo do n.º 4, b) do art.º 53º do mesmo diploma, aprove a desafecção do domínio público para o domínio privado da Câmara da parcela de terreno, referenciada com o n.º 4 na cópia n.º 99/062/02 do Departamento de Gestão Imobiliária, correspondente a um troço da Estrada dos Moinhos, com a área de 230,00 m2 e o valor de euros 1.237,52. --
 ----- A parte da Estrada a desafectar não tem já uso de domínio publico, uma vez que a circulação se faz por arruamentos com esta confinantes, criados de novo, tendo sido seccionada da restante parte pelo atravessamento da CRIL. -----
 ----- Em tudo o mais se mantém o deliberado nos termos da proposta correspondente. -
 ----- (Processo Privativo) n.º 98/DGI/99.” -----
 ----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 200/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----
 ----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----
 ----- **PONTO 3 – PROPOSTA 238/2002 – APROVAR A PROPOSTA DE REVISÃO DA TABELA MUNICIPAL DE TAXAS PRATICADA PELA LIS – EMPRESA MUNICIPAL “LISBOA DESPORTO” EM, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----
 ----- PROPOSTA 238/2002 -----
 ----- “Considerando o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Setembro que atribui competência à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, para estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos. -----
 ----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----
 ----- Aprovar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 18.º dos Estatutos da LIS - Empresa Municipal “Lisboa Desporto”, EM e submeter à Assembleia Municipal a Proposta de Revisão da Tabela Municipal de Taxas praticada pela LIS: -----
 ----- QUADRO I - TAXAS PARA A UTILIZAÇÃO EM REGIME LIVRE DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS E DESCOBERTAS. -----

PROPOSTA	
----------	--

1. Utilização em Regime Livre das Piscinas Municipais Cobertas	EUROS
a) 1 entrada – hora	1,80 E
b) Livre trânsito mensal – hora	13,20 E
Descontos não acumuláveis nas entradas:	
a) 25% desc. na entrada de 2ª a 6ª até às 17 horas	1,35 E
b) 50% desc. na entrada Cartão Jovem a Reformados até às 17 horas	0,90 E
c) 25% desc. na entrada Familiar	1,35 E
d) 25% desc. na entrada de Grupos Enquadrados entre 5 a 15 pessoas	1,35 E
e) 50% desc. na entrada de Grupos Enquadrados com mais de 15 pessoas	0,90 E
Descontos não acumuláveis nos Livre Trânsito Mensais:	
a) 25% desc. no Livre Trânsito Mensal de 2ª a 6ª até às 17 horas e Sáb. e Dom.	10,00 E
b) 50% desc. no Livre Trânsito Mensal c/ Cartão Jovem e Reformados até às 17 horas e Sáb. e Dom.	6,70 E
2. Utilização em Regime Livre das Piscinas Municipais Descobertas	
a) 1 entrada	2,55 E
Descontos não acumuláveis:	
c) 25% desc. Entrada Familiar	1,90 E
d) 25% desc. Grupos Enquadrados entre 5 a 15 pessoas	1,90 E
e) 50% desc. Grupos Enquadrados com mais de 15 pessoas	1,30 E
e) 50% desc. Entrada na Piscina Infantil	1,30 E

----- QUADRO II - TAXAS PARA AS AULAS DE NATAÇÃO, HIDROGINASTICA E OUTRAS ACTIVIDADES AQUÁTICAS. -----

PROPOSTA	
3. Escolas de natação pura, hidrogenástica e outras actividades	EUROS
3.1. Inscrição – 1ª vez	15,25 E
3.2. Renovação anual	10,15 E
3.3. Pagamento mensal antes das 10h, 12h-14h e depois das 17h:	
a) Aulas 3 vezes por semana	19,75 E
b) Aulas 2 vezes por semana	15,75 E
c) Aulas 1 vez por semana	12,10 E
d) Aulas 1 vez por semana, até 3 anos c/ os pais	12,80 E
Descontos entre as 10h-12h a as 14h-17h:	
a) 40% desc. aulas 3 vezes por semana	11,85 E
b) 40% desc. aulas 2 vezes por semana	9,45 E
c) 40% desc. aulas 1 vez por semana	7,25 E
Descontos até aos 16 anos:	
d) 30% desc. até aos 16 anos, aulas 3 vezes por semana	13,85 E
e) 30% desc. até aos 16 anos, aulas 2 vezes por semana	11,05 E
f) 30% desc. até aos 16 anos, aulas 1 vez por semana	8,45 E
3.4. Pagamento trimestral	

a) Menos de 16 anos, 3 aulas por semana	34,30 E
b) Menos de 16 anos, 2 aulas por semana	26,95 E
c) Menos de 16 anos, 1 aula por semana	19,70 E
d) Adultos, 3 aulas por semana	49,00 E
e) Adultos, 2 aulas por semana	39,05 E
f) Adultos, 1 aula por semana	29,45 E
g) Até aos 3 anos com pais, 1 aula semana	31,65 E
4. Aulas: aeróbica e outras actividades	EUROS
4.1. Pagamento mensal:	
a) Aulas 3 vezes por semana	28,50 E
b) Aulas 2 vezes por semana	21,35 E
c) Aulas 1 vez por semana	18,30 E

----- QUADRO III - TAXAS PARA O ALUGUER DE PISTA, PISCINA OU CUBA DE SALTOS. -----

PROPOSTA	EUROS
5. Aluguer de Pista ou de Piscina	
5.1. Aluguer de Pista ate 25 m de comprimento para um máximo de 15 pessoas	
a) Pista / hora até às 17 horas	22,90 E
b) Pista / hora a partir das 17 horas	27,95 E
Descontos:	
a) 50% desc. até às 17 horas	11,45 E
b) 75% desc. até às 17 horas	5,75 E
c) 50% desc. depois das 17 horas	14,00 E
5.2. Aluguer de Pista superior a 25 m de comprimento para um máximo de 25 pessoas	
a) Pista / hora até às 17 horas	30,50 E
b) Pista / hora a partir das 17 horas	35,60 E
Descontos:	
a) 50% desc. até às 17 horas	15,25 E
b) 75% desc. até às 17 horas	7,65 E
c) 50% desc. depois das 17 horas	17,80 E
5.3. Aluguer de Piscina para fins desportivos com área até 150 m2	
a) Aluguer de Piscina por hora	101,70 E
Descontos:	
a) 50% desc. Aluguer de Piscina por hora	50,85 E
b) 75% desc. Aluguer de Piscina por hora	25,45 E
5.4. Aluguer de Piscina para fins desportivos com área entre 150 m2 e 650 m2	
a) Aluguer de Piscina por hora	152,55 E
Descontos:	
a) 50% desc. Aluguer de Piscina por hora	76,30 E

b) 75% desc. Aluguer de Piscina por hora	38,15 E
5.5. Aluguer de Piscina para fins desportivos com área superior a 650 m2	
a) Aluguer de Piscina por hora	254,25 E
Descontos:	
a) 50% desc. Aluguer de Piscina por hora	127,15 E
b) 75% desc. Aluguer de Piscina por hora	63,55 E
5.6. Aluguer da Cuba de Saltos para fins desportivos	
a) Aluguer de Piscina por hora	152,55 E
Descontos:	
a) 50% desc. Aluguer da Cuba de Saltos por hora	76,30 E
b) 75% desc. Aluguer da Cuba de Saltos por hora	38,15 E

----- QUADRO IV - TAXAS PARA O ALUGUER DE SALAS DE DESPORTO, OUTRAS SALAS DE DESPORTO, CAMPOS DE PEQUENOS JOGOS E CAMPOS DE TÊNIS. -----

PROPOSTA	
6. Aluguer de instalações desportivas	EUROS
6.1. Sala de Desporto	
a) Por hora, até às 17h	20,35 E
b) Por hora, depois das 17h	23,40 E
Descontos:	
a) 50% desc. para Escolas Públicas até às 17h	10,20 E
b) 50% desc. para Escolas Públicas depois das 17	11,70 E
6.2. Outras Salas de Desporto	
a) Por hora, até às 17h	15,25 E
b) Por hora, depois das 17h	17,80 E
6.3. Campos de Pequenos Jogos Descuberto	
a) Por hora, sem iluminação	10,15 E
b) Por hora, com iluminação	12,70 E
6.4. Campo de Ténis	
a) Por hora, sem iluminação	4,05 E
b) Por hora, com iluminação	6,10 E

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que numa sessão em que tanto se tinha falado e apelado à memória, esta sua intervenção enquadrava-se, também, no reavivar da memória, neste caso memória recente. -----

----- Pretendia com ela relembrar que tinha sido apresentada à Assembleia Municipal, em Abril, a proposta 51/2002 que visava a extinção da LIS-Empresa Municipal de Desporto, EM, e nessa proposta – e agora a propósito de princípios – invocava-se, citou: “a transparência do regime político e das decisões dos órgãos eleitos directamente pelas populações e da defesa do prestígio e da qualidade de todos aqueles que para tais órgãos são eleitos”, fundamentava a extinção dessa empresa. ----

----- Ora, na opinião do PS, como tiveram já oportunidade de apreciar face à evolução das discussões, quando se falava de princípios falavam de todos, porque se falavam

apenas daqueles que interessavam para fundamentar determinadas posições não estavam a ser honestos, pelo menos intelectualmente. -----

----- Assim, falando de princípios, desejava também referir um importantíssimo, inerente a toda a actividade administrativa, e até política, que era o princípio de fundamentar, previamente, as propostas e os actos que se praticavam enquanto gestores públicos ou no exercício de cargos públicos, ou seja, para evitar que se governasse de forma arbitrária e sem possibilidade de controlar a actuação, seria conveniente que as propostas fossem fundamentadas. -----

----- Portanto, se considerassem a tal proposta que apontava a extinção da LIS, a proposta 51/2002, teriam que considerá-la objectivamente não fundamentada, pelos seguintes motivos: -----

----- A ausência de estudo comparativo entre o desempenho dessas funções cometidas a uma empresa municipal ou aos serviços municipais; -----

----- A ausência da identificação das vantagens e inconvenientes na escolha de um modelo ou outro, face à Lei 58/98, de 18 de Agosto; -----

----- A ausência de avaliação conjunta com a administração da empresa, das potencialidades de rentabilização dessa mesma empresa, e a possível extensão da sua actividade à gestão de outros equipamentos da cidade. -----

----- A ausência, ainda, de avaliação da capacidade de resposta dos serviços municipais, face à impossibilidade de recorrer aos trabalhadores da empresa que não eram também funcionários da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Ou seja, a ausência de fundamentação nesses aspectos, que lhe pareciam importantes, teria talvez justificado a retirada da proposta 51/2002, pelo que questionava a Assembleia sobre essa mesma proposta, tanto mais que na altura da sua retirada foi prometido pela Câmara Municipal que a matéria voltaria à Assembleia acompanhada de uma proposta global de reestruturação dos serviços municipais, a qual deveria identificar áreas de intervenção municipal, através das empresas e através dos serviços. -----

----- Por conseguinte, continuavam a aguardar essa proposta, sendo que agora eram confrontados com esta relativa à revisão das taxas de utilização de infra-estruturas desportivas da cidade, proposta essa formulada pela anterior administração da empresa, que entretanto cessara as suas funções por substituição. -----

----- Portanto, considerando que esta proposta enunciava objectivos de médio prazo, nomeadamente, citou: “promover a informatização nas instalações desportivas municipais, nos meios de acesso e controlo dos utentes, e modernizar as instalações desportivas por áreas e de forma faseada”, cumpria-lhes fazer o seguinte considerando: esta proposta, em si, não merecia a discordância do PS, mas, no entanto, articulando esta com a outra proposta, colocavam os seguintes pedidos de esclarecimento à Vereação: -----

----- Para quando a apresentação de uma proposta global de reestruturação dos serviços municipais e das áreas de limitação face às empresas municipais? -----

----- Para quando a definição da actividade da LIS, da sua continuidade ou extinção, suportada numa proposta fundamentada atendendo, entre outros, aos critérios enunciados nesta intervenção? -----

----- A concluir, disse que esses esclarecimentos eram absolutamente necessários, porque o facto de surgir na Assembleia Municipal uma proposta de revisão das taxas desacompanhada de uma alusão à anterior proposta, permitia identificar uma falta de rumo, um retrocesso e um recuo face à proposta anteriormente apresentada, e era exactamente sobre esse retrocesso que questionava a Vereação. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que lhe parecia, claramente, que esta proposta em nada invalidava a questão que o orador anterior formulara. Parecia-lhe mesmo que teria perdido tempo de mais a recuperar a memória dos tempos passados, quando, no seu entender, nada tinha a ver uma coisa com a outra. -----

----- Era facto que a LIS existia e existindo tinha que funcionar, a empresa geria diversos equipamentos desportivos, portanto, com LIS ou sem LIS, integrados numa nova empresa, na mesma empresa ou numa Direcção Municipal, esses equipamentos teriam que funcionar. -----

----- Por conseguinte, a decisão sobre o futuro da LIS, que obviamente não deveria ser tomada de ânimo leve, não impedia que, por exemplo, se actualizassem as taxas numa decisão de gestão perfeitamente normal, e que essa actualização de taxas tivesse como objectivo decisões de médio e longo prazo. Actualizar os equipamentos das piscinas era algo que nada tinha a ver com a propriedade futura das piscinas, independentemente de elas estarem na dependência da LIS, de uma Direcção Municipal ou de qualquer outra entidade que a Câmara entendesse. -----

----- Por isso, não lhe parecia que à colação desta proposta tivesse que vir a questão da proposta anterior, que certamente poderia ser colocada noutra qualquer, mas neste parecia-lhe não ter cabimento já que esta proposta apenas visava garantir o funcionamento das piscinas que a LIS, neste momento, geria. -----

----- **O Senhor Presidente**, como mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 238/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 247/2002 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.**

----- PROPOSTA 247/2002 -----

----- “Considerando que em 28 de Maio de 2002, através da Deliberação n.º 16/AML/2002, a Assembleia Municipal de Lisboa ratificou o acordo de princípios subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara, em nome e representação da Câmara, com o Sporting Clube de Portugal e a EPUL; -----

----- Considerando, ainda, os protocolos celebrados entre a Câmara e o Sporting Clube de Portugal, em 1986, em 1992 e em 12 de Maio de 1999; -----

----- Considerando que, nos termos do disposto no ponto 6.4 do citado Protocolo de 12 de Maio de 1999, a Câmara comprometeu-se a constituir a favor do Sporting Clube de Portugal o direito de superfície sobre os terrenos ocupados pelo parque de estacionamento à superfície adjacente a Av. Padre Cruz; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, da alínea a) do n.º 6 e da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, autorize a constituição a favor do Sporting Clube de Portugal do direito de superfície sobre os terrenos ocupados pelo parque de estacionamento à superfície adjacente a Av. Padre Cruz, nos termos da planta e das condições de acordo em anexo. -----

----- CONDIÇÕES GERAIS DO ACORDO -----

----- Constituições de direito de superfície a favor do Sporting Clube de Portugal sobre os terrenos do parque de estacionamento à superfície adjacente à Av. Padre Cruz. -----

----- 1 – Constituição de direito de superfície, a título gratuito, para a construção de parque de estacionamento automóvel alternativo, com vista a elevar a respectiva capacidade de estacionamento para seiscentos veículos, através da montagem de uma estrutura metálica adequada. -----

----- 2 – Prazo: 50 (cinquenta) anos. -----

----- 3 – A Câmara Municipal de Lisboa autoriza o Sporting Clube de Portugal a entregar a exploração do parque de estacionamento a sociedade participada pelo mesmo Sporting Clube de Portugal, especializada na gestão e exploração de parques de estacionamento. -----

----- 4 – O Sporting Clube de Portugal compromete-se a explorar o parque de estacionamento alternativo com características dissuasoras, garantindo, pelo menos dois mil lugares de estacionamento público, com tarifas reduzidas a aprovar pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 5 – Os projectos e obras do parque de estacionamento são da responsabilidade do Sporting Clube de Portugal. -----

----- 6 – Expirado o prazo de duração do direito de superfície poderá o mesmo ser prorrogado por períodos de quinze anos, por acordo escrito das partes, na ausência de prorrogação do prazo ou de nova constituição de direito de superfície, o terreno a ceder, com todas as instalações e equipamentos, reverterá a favor da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização. -----

----- 7 – O Sporting Clube de Portugal não poderá hipotecar ou onerar por qualquer outra forma o direito de superfície sem o consentimento expresso da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 8 – O incumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas no presente acordo importa a faculdade de rescisão por parte da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que não tinham nada contra o conteúdo objectivo da proposta em si, estavam de acordo com ela até porque, na prática, estavam a dar legalidade a um facto consumado. Mas tinham quanto à metodologia. -----

----- E essa metodologia tinha a ver com o seguinte. No debate que houve na Assembleia Municipal sobre o protocolo assinado entre a Câmara Municipal, o Benfica e o Sporting, houve algum consenso na Assembleia no sentido de ser constituída uma Comissão de Acompanhamento desse protocolo, e se era verdade que esta proposta dizia respeito a um protocolo anterior, e não ao novo, também era verdade que um dos pontos do novo protocolo entre a Câmara Municipal, o Benfica e o Sporting dizia que era necessário verificar o cumprimento dos anteriores protocolos, onde, naturalmente, se enquadrava este. -----

----- Por conseguinte, a questão de método que se colocava era que tendo sido constituída uma Comissão para acompanhar esta matéria e tendo essa Comissão já tomado posse, qual a razão porque era presente ao Plenário uma proposta sobre esse assunto sem antes passar pela Comissão. -----

----- Era um problema de método e por isso o Bloco de Esquerda sugerira na Conferência de Líderes que, a menos que houvesse algum problema de urgência enorme ou que se pusesse alguma coisa em causa com isso, a Comissão eleita pela Assembleia para o efeito deveria ser prestigiada e esta proposta deveria baixar a essa Comissão antes de ser apreciada e votada em Plenário. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que interpretava o que foi dito como uma proposta de baixa à Comissão. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que percebia a sugestão feita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, mas também seria bom dizer que na Conferência de Líderes, quando essa questão foi levantada, as outras forças políticas não manifestaram essa posição, exactamente tendo em conta que isto se prendia com um protocolo que vinha de 1999. -----

----- Era óbvio, tendo em atenção tudo o que se iria passar no Euro 2004, que esta matéria tinha algum carácter de urgência, e certamente o tempo que nesta altura se perderia em termos de Comissão provocaria alguns constrangimentos. -----

----- Disse, ainda, que a Comissão só tinha sido criada agora, provavelmente no passado deveria ter havido uma Comissão para acompanhar o anterior protocolo, mas uma vez que não houve pedia que agora não fossem levantados entraves porque em termos de tudo aquilo que se prendia com o Euro 2004 teriam que ter alguma atenção. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que estava apresentada a proposta do Bloco de Esquerda e estava também apresentada, por parte do Sr. Vereador, a fundamentação para essa proposta não ser considerada. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que concordava com a proposta do Deputado Municipal Carlos Marques, mas também

percebia a posição que o Sr. Vereador apresentara, pelo que, hipoteticamente, poderiam fazer ao apêlo ao Bloco de Esquerda para encontrarem ali uma posição consensual que demonstrasse uma vez mais a postura responsável que a Assembleia tem tido, e iria continuar a ter em todos os temas, porque, de facto, era desejável que conseguissem encontrar ali uma plataforma de acordo. -----

----- Se bem tinha percebido, a proposta do Deputado Municipal Carlos Marques apontava no sentido da dignificação da Assembleia e tinha a ver também com uma preocupação futura naquilo que era uma exigência que a própria Assembleia teria que ter para com os seus órgãos, neste caso as suas Comissões, Permanentes e Eventuais. -

----- Pessoalmente estava certo que todos os Grupos Municipais concordavam que a Assembleia teria que ser muito dignificada e respeitada, e bem assim, obviamente, as Comissões, quer Eventuais, quer Permanentes, que a compunham, mas parecia-lhe que deveriam ter em conta a urgência no que respeitava ao problema do Sporting, tendo também em consideração que este protocolo não tinha nada a ver com aquele ultimamente celebrado. -----

----- Por isso, o que sugeria à bancada do Bloco de Esquerda era que se votasse hoje esta proposta, que ela fosse na mesma remetida à Comissão Eventual de Acompanhamento para ser mais um documento a ser tido em conta, e que a Câmara Municipal assumisse, perante a Assembleia, o compromisso de mais nenhum assunto que dissesse respeito a essa matéria ser apresentado à Assembleia sem primeiro ter passado pela Comissão Eventual de Acompanhamento. -----

----- **O Senhor Presidente** pôs a questão ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que concordara com a sugestão feita, e de seguida disse que a responsabilidade da proposta passar ou não pela Comissão era mais da Assembleia do que propriamente da Câmara, ou até sua e da Mesa, já que nessa altura teria sido ele que tinha obrigação de enviar a proposta à Comissão para analisar. -----

----- Nesse contexto, qualquer outra matéria relacionada com estes protocolos que fosse enviada à Assembleia, a Mesa tomaria a iniciativa de pedir um parecer à Comissão, assim fariam de futuro, e em relação a esta proposta ela seria votada e simultaneamente remetida cópia à Comissão para que fosse tida em conta nos trabalhos futuros. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a proposta 247/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS-PP, PPM e BE, e a abstenção do PEV. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 251/2002 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA CIRCULAR SUL DO BAIRRO DA ENCARNACÃO, LOTE 12-B, FREGUESIA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS DESTINADA A COMPLEMENTO DE LOTE, (PºPº Nº 45/DGI/2002), AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4 DO ARTº 53º DA LEI**

169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

----- PROPOSTA 251/2002 -----

----- “Considerando que através do processo nº 888/OB/01 foi aprovado em 23/04/2002 um projecto de alterações no edifício sito na Circular Sul do Bairro da Encarnação, lote 12-B, freguesia de Santa Maria dos Olivais, que implica a ocupação de uma parcela de terreno municipal; -----

----- Considerando que para viabilizar a referida alteração, se torna necessário vender uma parcela de terreno, destinada a complemento de lote; -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE AO ABRIGO DA ALÍNEA f) DO Nº 1 DO ARTIGO 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO: -----

----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão ao abrigo do artigo 53º nº 4 alínea b) do mesmo Diploma, autorize desafectar do domínio público para o domínio privado da Câmara uma parcela de terreno orlada a cor verde e assinalada na cópia da planta nº 02/083/05 do Departamento de Gestão Imobiliária, com a área de 1,64 m2. -----

----- Vender à Administração do condomínio ou quem no acto da escritura prove ser legítimo proprietário do lote a complementar, a parcela de terreno referida no número anterior, destinada a complemento de lote pelo valor de 467,90 euros (quatrocentos e sessenta e sete euros e noventa cêntimos). -----

----- Confrontações: -----

----- Norte - CML e Administração do Condomínio do lote 12-A -----

----- Nascente – CML -----

----- Sul – CML -----

----- Poente - CML e Administração do Condomínio do lote 12-A -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- Qualquer aumento de área de construção ou melhor aproveitamento na parcela agora a vender pela Câmara Municipal de Lisboa, ficará sujeita a um ajustamento do valor da venda a calcular com o critério em vigor na altura. -----

----- (Processo privativo nº 45/DGI/02).” -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 251/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **CONTINUAÇÃO DO DEBATE DA PROPOSTA 276/2002.** -----

----- Esgotados os restantes pontos da Ordem de Trabalhos, o Plenário retomou a discussão da proposta 276/2002 que havia sido suspensa a pedido da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que esta proposta, como se podia concluir das intervenções havidas sobre a mesma, era, de facto, uma proposta de grande importância, pelo que valia a pena fazer mais um esforço para se poder ouvir quem dava a cara, todos os dias, pela gestão do Município e pela gestão dos destinos da cidade, porque, no fundo, eram importante que fossem

dadas explicações sobre aquilo que muitos ali questionaram quanto à razão de um empréstimo deste montante. -----

----- Por isso, deveria ser louvado o esforço que o Sr. Presidente da Câmara fizera no sentido de estar agora presente, eventualmente até com prejuízo de alguns afazeres já marcados, para que todos pudessem ficar a saber exactamente do que se tratava. -----

----- Era uma atitude que tinham de louvar porque no passado seguramente assim não aconteceria, já que o Sr. Presidente da Câmara de então primava pela ausência. Agora a postura era diferente, havia um esforço notório do Sr. Presidente da Câmara para estar presente apesar dos seus afazeres, e tinham que louvar isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por agradecer a compreensão da Assembleia pela necessidade que teve de se ausentar e bem assim não poder estar presente nos trabalhos do Plenário, onde era sua vontade estar sempre. -----

----- Disse, depois, que para além da intervenção da Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças, sentia especial responsabilidade em apresentar perante a Assembleia Municipal, como Presidente da Câmara, uma justificação política e a assunção da responsabilidade pela proposta de autorização de contracção de empréstimo de financiamento que era submetida à Assembleia Municipal. -----

----- Desejava dizer, como certamente já teria sido exposto pela Sra. Vereadora, que desse financiamento uma percentagem muito significativa era consignada ao investimento na área da habitação social, mas a Câmara tomara a assunção do conceito que estava excepcionado nas linhas das normas aprovadas já na actual legislatura, pelo Governo e pela maioria que o apoiava, e que pesava sobre a capacidade de endividamento dos Municípios. -----

----- O Executivo, como já referira na reunião de Câmara, tomara esse conceito de investimento na área da habitação social em sentido amplo, portanto tomando como necessidade de financiamento nessa matéria tudo o que estava ligado não só aos fogos do PER em si mesmos e dos programas de realojamento, mas também dos arranjos exteriores e estacionamento, e ainda outras necessidades de financiamento directamente ligadas a todas as vertentes necessárias a uma vida medianamente equilibrada por parte dos cidadãos abrangidos por esses programas. -----

----- Relativamente à restante verba, cerca de 20 milhões de euros, grossomodo, não afectos a essa área, a Câmara procurava canalizá-los para programas muito concretos já cabimentados e com capacidade de execução muito pronta, porque – era uma nota que queria transmitir no mês de Julho à Assembleia Municipal – a preocupação da Câmara com o nível da taxa de execução do Plano de Actividades para este ano, face a todas as condicionantes que têm procurado ultrapassar: o facto de ser ano subsequente a eleições autárquicas, depois eleições legislativas e depois essas medidas do Governo, designadamente a lei de estabilidade orçamental, as obrigações de convergência no esforço de recuperação do desequilíbrio das contas públicas em que as autarquias estavam envolvidas, bem como as medidas de contenção que na gestão do próprio Município tiveram de tomar, tudo isso teria com certeza consequências a nível da taxa de execução do Plano de Actividades, o que não podia deixar de os

preocupar até porque, como salientaram também os Srs. Vereadores Vasco Franco e Fontão de Carvalho na última reunião do Executivo, como era sabido todos os limites de endividamento das autarquias estavam directamente relacionados à taxa de investimento conseguida em anos pretéritos e, portanto, tinham ali um equilíbrio a manter, uma preocupação de estabilidade em relação aos projectos que tinham entre mãos, e que, como foi dito aquando do Orçamento e do Plano de Actividades, com certeza que vinham, no que respeitava a este exercício orçamental, da assunção de compromissos fundamentalmente do ano anterior. -----

----- Continuando, disse que por umas notas que lhe tinham sido transmitidas, sabia que havia sido dito numa intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, que esta proposta de financiamento significava o reconhecimento da política do Executivo anterior, nomeadamente do Presidente anterior e do Vereador Vasco Franco. Com certeza que sim! Não valia a pena dizer que não, era uma política que tinha sido assumida por compromisso com o Governo Central, teve que ser executada, havia responsabilidades assumidas, havia uma continuidade a assumir, se agissem de outra maneira não estariam a agir como instituição de bem que procuravam ser. Agora, não há que haver ilusões, era um esforço financeiro muito pesado, que exigia que fossem procurar esses complementos de financiamento em relação àqueles que eram os recursos próprios da Autarquia. -----

----- Informou, depois, que o Executivo estava numa fase de avaliação da execução orçamental do primeiro semestre, mas uma fase que coincidia, noutra plano, com o fornecimento ao Executivo – e depois transmitiriam à Assembleia que, obviamente, teria que apreciar também essas propostas – dos estudos produzidos por entidades externas contratadas, entidades credenciadas que tinham terminados os seus estudos nomeadamente sobre a organização do Município, a capacidade competitiva da Autarquia de Lisboa, ela própria como cidade, e, portanto, brevemente iriam solicitar, através do Sr. Presidente, às Comissões da Assembleia Municipal, para além do trabalho que a Câmara, toda ela, quem tinha Pelouros e quem não tinha, iria proceder, para fazerem a apreciação desses trabalhos que foram apresentados e que eram fundamentais para estruturar e para fazerem uma ideia do que podiam e deviam mudar na organização municipal para fazer face aos novos tempos que aí vinham. -----

----- Por outro lado, estavam também a preparar o novo Plano de Actividades e o novo Orçamento para serem presentes em tempo, e em relação a esta proposta de financiamento era evidente que, na linha do que foi dito pelo Deputado Municipal Dias Baptista, era uma proposta de financiamento que resultava do reconhecimento da política do Executivo anterior, e esperavam, como era evidente, o voto favorável de quem tivera responsabilidades no apoio ao trabalho desse mesmo Executivo, porque aqueles que não tiveram certamente estavam solidários com a Câmara e com certeza iriam votar também a favor, apesar de haver essa relação, que assumiam com honra e com a obrigação de quem tinha sentido de responsabilidade institucional. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que era evidente que tinha merecido a pena esperar pela vinda do Sr. Presidente da Câmara para debater esta proposta, porque, tal como referira na sua primeira

intervenção, a presença do Sr. Presidente da Câmara seria enriquecedora para a Assembleia. -----

----- Era evidente que a postura que o Sr. Presidente da Câmara acabara de demonstrar – que saudava, não esperava outra como era bom de ver – foi uma postura que ao PS dava particular prazer, fundamentalmente porque não foi essa a postura que o Grupo Municipal do PSD teve, e daí alguma divergência entre as duas bancadas, designadamente porque o PS assumira que ia defender esta proposta. -----

----- Por outro lado, saudava também a forma eloquente como o Sr. Presidente da Câmara se referenciara ao trabalho do passado, trabalho esse que permitia, e bem, a actual Câmara andar a mostrar à cidade o trabalho que tinha, felizmente, para dar aos seus cidadãos. Mas, curiosamente, da bancada do PSD não foi reconhecido esse mérito. Portanto, saudava e registava que o Sr. Presidente da Câmara estivesse de acordo com a postura que ele próprio tinha expressado, que era a única postura que esperava do Sr. Presidente da Câmara por ser uma postura de grande responsabilidade, tal como a do PS. Obviamente que com esta forma de ser, esta postura de diálogo permanente e construtivo trabalhando em prol da Cidade de Lisboa, certamente, no final do mandato, em conjunto a Câmara e a Assembleia Municipal conseguiriam contribuir para que os cidadãos tivessem uma melhor qualidade de vida, que era certamente o desiderato de todos. -----

----- Terminou dizendo que compreendia alguma dificuldade da bancada do PSD, porque no passado o PSD votara sempre contra este tipo de propostas de financiamento, mas o PS, tal como no passado, votaria também hoje favoravelmente por uma questão de coerência e de responsabilidade. Por conseguinte, saudando o Sr. Presidente da Câmara desejava também saudar a bancada do PSD, dizendo bem-vinda a este diálogo, bem-vinda ao trabalho construtivo em prol da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o ponto 3 referia: “Delegar na Senhora Vereadora Maria Teresa Maury a competência para a execução da presente deliberação ...” e porque isso era da competência da Câmara não seria votado pela Assembleia, pelo que apenas seriam votados os pontos 1 e 2. -----

----- Seguidamente, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 276/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, enviou, com data de 16 de Julho de 2002, a declaração do seu partido relativamente à Conta de Gerência do Município, aprovada pela Assembleia Municipal em 30 de Abril de 2002 (acta nº 4), que a seguir se transcreve: -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- “Ao analisar as contas da Câmara Municipal de Lisboa referentes aos exercícios de 2000 e 2001 verifica-se o seguinte: -----

----- A autonomia financeira corrente (acid test), representada pelo somatório do Activo Disponível e Activo Realizável a Curto Prazo menos o Passivo Exigível a Curto Prazo, que coincide com o Fundo de Maneio visto não existir Activo de exploração, apresenta os seguintes valores, em milhares de euros: -----

----- Exercício de 2000 (+) 12.573 -----

----- Exercício de 2001 (-) 31.329 -----

----- Os valores do Imobiliário Líquido apresentam as seguintes percentagens em relação aos Capitais Próprios: -----

----- Exercício de 2000 121,7% -----

----- Exercício de 2001 129,8% -----

----- O que em parte justifica o recurso a capitais externos. -----

----- Não foram lançadas até 2000 as reintegrações do Activo Imobilizado tendo sido lançada em 2001 uma importância que se afigura reduzida. Assim, em milhares de euros: -----

----- 2000 ----- 2001 -----

----- Activo Imobilizado-----1.859.835 ----- 2.147.146 -----

----- Reintegrações lançadas ---- - ----- 4.891 -----

----- A regularização desta situação, exigindo a actualização das reintegrações, irá afectar de modo significativo o resultado do exercício em que tiver lugar. -----

----- Ao apresentar estas situações o Partido Popular Monárquico não tem como objectivo criticar os executivos anteriores mas somente acentuar perante esta Assembleia a necessidade de, ao apreciar a acção do presente executivo, se ter em conta as limitações que acima se assinalam. -----

----- Lisboa, 16 de Julho de 2002.” -----

----- **O Senhor Presidente**, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, depois de desejar ao Sr. Presidente da Câmara e a toda a Vereação, aos Deputados Municipais, aos funcionários, aos agentes da autoridade e ao público presente uma boas férias, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 19 horas e 10 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----